

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

PAULINA TAVARES DE CARVALHO
VINICIUS ANDRÉ DA SILVA SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA EDUCACIONAL E AS ORIENTAÇÕES PARA A
ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS SECRETARIAS
ESTADUAIS DA REGIÃO NORDESTE

MACEIÓ
2019

PAULINA TAVARES DE CARVALHO
VINICIUS ANDRÉ DA SILVA SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA EDUCACIONAL E AS ORIENTAÇÕES PARA A
ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS SECRETARIAS
ESTADUAIS DA REGIÃO NORDESTE

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Universidade Federal de
Alagoas como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do Grau
em Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Dr. Jorge Eduardo de
Oliveira

MACEIÓ
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca CEDU

Bibliotecária: Lucia Lima do Nascimento CRB4 1537

C331g Carvalho, Paulina Tavares de.
Gestão democrática educacional e as orientações para a elaboração do Projeto Político Pedagógico das secretarias estaduais da Região Nordeste/ Paulina Tavares de Carvalho, Vinicius André da Silva Santos. – 2019.
63 f.

Orientador: Jorge Eduardo de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
– Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 60-63.

1. Gestão democrática. 2. Projeto Político Pedagógico. 3. Sistema de Ensino.
I. Santos, Vinicius André da Silva. II. Título.

CDU: 371

PAULINA TAVARES DE CARVALHO
VINICIUS ANDRÉ DA SILVA SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA EDUCACIONAL E AS ORIENTAÇÕES PARA A
ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS SECRETARIAS
ESTADUAIS DA REGIÃO NORDESTE

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

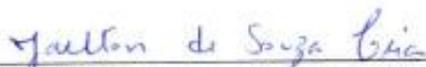
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 10/12/2019.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eduardo de Oliveira(CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora



Prof. Dr. Jorge Eduardo de Oliveira(CEDU/UFAL)



Prof. Dr. Jailton de Souza Lira (CEDU/UFAL)



Prof. Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias (CEDU/UFAL)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e perseverança durante toda a minha vida.

Aos meus pais Agnaldo e Leila, meu esposo Ewerson e a toda família pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações.

Ao nosso professor orientador Jorge Eduardo pelas valiosas contribuições e toda dedicação.

Ao meu companheiro de pesquisa Vinicius, por toda dedicação e paciência no desenvolvimento dessa pesquisa.

A todos os meus amigos do curso de graduação, em especial Fernanda e Karina que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo.

Paulina Tavares de Carvalho

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, á Deus, que me fortaleceu com esperanças em acreditar que somos capazes que conquistar nossos sonhos e poder viver experiências inesquecíveis durante minha graduação.

Oportuno também, agradecer minha mãe, pai e familiares por me apoiar em todas as decisões que tomei. Foram eles a minha base para crer em um mundo melhor para todos.

Aos meus colegas de curso que dividiram experiências de estudos e professores por despertar um novo olhar para educação, em especial ao nosso orientador Jorge Eduardo por todo empenho e paciência.

A minha amiga Paulina que juntos desenvolvemos esse estudo, como também em outras pesquisas durante toda jornada.

E por fim, agradeço a todos que fez parte dessa etapa ímpar de minha vida.

Vinicius André da Silva Santos

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de compreender como as Secretarias de Educação dos Estados da Região Nordeste proporcionam orientações para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), com o objetivo de identificar as características da elaboração e as dimensões presentes no meio educacional, o estudo ocorreu através de uma observação/descrição dos elementos estruturados em um roteiro para construção do PPP propostos pelo autor José Carlos Libâneo (2004), um educador e escritor brasileiro. Este roteiro foi utilizado como instrumento dessa pesquisa. A metodologia utilizada contempla uma abordagem qualitativa, uma pesquisa de análise documental, estudando a importância da construção do Projeto Político Pedagógico para o melhor desempenho das atividades pedagógicas com a comunidade escolar, de maneira participativa e descentralizada. Diante dos estudos, entende-se que o PPP se materializa através do documento orientador e propõe o direcionamento das ações. Os documentos propostos pelas Secretarias dos Estados da Região Nordeste orientam as escolas na construção do PPP, a maioria deles contemplam a maior parte dos aspectos propostos por Libâneo (2004). Alguns documentos apresentam uma proposta minuciosa e objetiva, já outros são básicos e concisos, alguns casos não possuem uma abordagem completa.

Palavras-chave: Sistema de Ensino. Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DESENVOLVIMENTO	9
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1.1 SISTEMA EDUCACIONAL	9
2.1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA	10
2.1.3 NÍVEIS DE GESTÃO	15
2.1.3.1 GESTÃO EDUCACIONAL.....	15
2.1.3.2 GESTÃO ESCOLAR	17
2.1.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	20
2.1.4.1 DEFINIÇÃO	20
2.1.4.2 FINALIDADE	21
2.1.4.3 ESTRUTURA	22
2.1.4.4 CONSTRUÇÃO	23
2.2 METODOLOGIA	24
2.2.1 ANÁLISE DOCUMENTAL.....	24
2.2.2 FONTES DOCUMENTAIS.....	26
2.2.3 DIMENSÕES DE ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO....	27
2.2.4 DADOS ENCONTRADOS	30
2.2.4.1 ALAGOAS	30
2.2.4.2 BAHIA	30
2.2.4.3 CEARÁ	33
2.2.4.4 MARANHÃO.....	36
2.2.4.5 PARAÍBA.....	39
2.2.4.6 PERNAMBUCO.....	42
2.2.4.7 PIAUÍ.....	44
2.2.4.8 RIO GRANDE DO NORTE	48
2.2.4.9. SERGIPE	51
2.2.5 ANÁLISE DE DADOS	54
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) no ambiente educacional é uma ferramenta norteadora para o funcionamento das instituições de ensino. Estas unidades de ensino por sua vez possuem uma gestão administrativa, a fim de que ocorra o bom desempenho das atividades. Essa gestão é democrática e sistemática. Para tanto, é necessário entender que há um contexto educacional, ou seja, um sistema que estrutura e organiza o ensino.

De maneira geral, sabe-se que a unidade escolar desenvolve tanto atividades administrativas, quanto atividades pedagógicas e para o cumprimento de suas responsabilidades existem determinações legais, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, que devem ser seguidas, para tanto os órgãos responsáveis como o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados, são os principais vetores de articulação e base no cumprimento das atividades.

Nesse contexto encontra-se o Projeto Político Pedagógico que é um documento obrigatório para as escolas, tendo em vista que ele apresenta a proposta pedagógica da comunidade escolar. As Secretarias de Educação devem, por sua vez, proporcionar orientações para que haja a construção do documento, em um contexto democrático, ou seja, com a participação de todos os segmentos da organização da escola.

Diante da diversidade de atividades e responsabilidades que uma organização de ensino possui, o PPP se mantém ainda mais necessário para o contexto escolar, proporcionando o desenvolvimento das atividades de maneira sistemática e objetiva, permitindo que a escola analise o real objetivo e as necessidades da sua comunidade. Portanto, em nosso trabalho, buscou-se identificar informações sobre: “Como as Secretarias de Educação dos Estados da Região Nordeste proporcionam orientações para a elaboração do Projeto Político Pedagógico?”. Assim, o objetivo desse estudo é compreender e discutir sobre como são proporcionadas as orientações para a elaboração do PPP e o contexto educacional.

O interesse em estudar sobre a construção do PPP formou-se a partir de atividades propostas de análise do documento em disciplinas ao longo do curso de licenciatura em Pedagogia. Sabendo que o projeto está diretamente relacionado à gestão da escola e o nosso principal interesse no meio educacional é na gestão da

unidade escolar, se realizou então um estudo sobre a Gestão Democrática Educacional e a construção do PPP, pois, ao passo que as orientações da gestão sistêmica são eficientes, a escola irá poder realizar melhor as tarefas relacionadas ao PPP.

O projeto político pedagógico é um documento importante no ambiente escolar, tendo em vista que ele projeta mudanças visando alcançar uma realidade melhor, diferente da atual, buscando uma sempre uma direção. A intenção do PPP é organizar o trabalho pedagógico, visando superar os conflitos, as relações autoritárias e hierárquicas, isto é, numa perspectiva democrática, onde o próprio documento é construído coletivamente, considerando as reflexões de todos os envolvidos, na busca por uma escola e um ensino de qualidade.

Porém, para construir esse documento com o objetivo pelo qual foi criado, se faz necessário que a escola receba orientações de como deve ser elaborado o PPP daquela unidade de ensino, tem-se então a importância desse documento. Sabendo que é uma obrigação de todas as unidades de ensino, as secretarias promovem a base para sua construção com o objetivo de que haja uma qualificação da proposta pedagógica da rede de ensino, tendo em vista que o documento conceitua o PPP, define sua estrutura, aborda as dimensões presentes nos documentos, entre outros.

Para o desenvolvimento do presente estudo, tem-se uma pesquisa qualitativa, através do estudo de literaturas e análises de documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e estudo de autores como Ilma Passos Veiga (1998, 2013, 2014), José Carlos Libâneo (2004, 2012), Celso dos Santos Vasconcelos (2012), entre outros.

Este trabalho estrutura-se em capítulos, a partir da fundamentação teórica, apresentando primeiramente um estudo sobre o sistema educacional e os níveis de gestão, na sequência tem-se a compreensão do Projeto Político Pedagógico. O próximo capítulo refere-se a metodologia, no qual realizou-se a análise das orientações ofertadas pelas Secretarias de Educação, além de abordar também as dimensões do PPP.

A relevância desta pesquisa contribui diretamente para a reflexão de que a organização de ensino não se resume apenas a um local que recebe as pessoas para que sejam alfabetizadas, mas que está pertence a um sistema, que está inserido em um contexto e o seu funcionamento depende diretamente das condições que lhes são apresentadas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.1 SISTEMA EDUCACIONAL

A abordagem sobre sistema que Saviani relata em seus estudos é de demonstrar que existe uma associação entre os conjuntos de elementos reunidos, formando um modelo de organização meramente ordenado. O mesmo destaca que “sistema pode ser definido como a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante (Saviani, 2010, p. 381)”.

Desempenhando uma organização educacional, as unidades institucionais estão interligadas neste sistema, que por sua vez configuram-se como Sistema Nacional de Educação em suas definições e normas comuns a seguir pelas instituições.

Sistema Nacional de Educação é a unidade dos vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados por determinado país, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente no processo de educação da população do referido país (Idem, p.381).

Para que haja entendimento dessa articulação de sistema educacional, cabe destacar toda estrutura da educação como engrenagem existencial. Essa junção de diversos mecanismos para chegar a tornar-se unidade através da inter-relação sem deixar a particularidade de cada um deles, faz com que se tenha outros sistemas como, “todo sistema (composto de vários subsistemas) faz parte de ou é integrado a um sistema maior (super ou supra-sistema)” (Santos, 2003, p. 40).

As discussões recorrentes sobre o que venha a ser sistema educacional entre os teóricos da educação como Saviani (1987, 2009), Santos (2003), Niskier (1995), Cunha Niskier (1985), Libâneo (2004), Oliveira e Toschi (2012), apresentam uma singularidade, por relacionarem a mesma dificuldade de definição que o termo abrange. Os estudos do tema têm por base uma determinação mais específica da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no aspecto de conjuntos de unidades organizadas de cunho educacional que contempla o sistema de ensino federal, estadual e municipal.

Como aborda Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), sistema de ensino tende por descrição, um conjunto de instituições em unidade, que apresentam ligação por

normas e leis educacionais, que se relacionam para organizar cada sistema de forma única ou em colaboração. Essa organização tem como princípio a política educacional brasileira, cuja União tem competência de estabelecer regras gerais para compor todo nível nacional.

Nos seus estudos, Santos demonstra bem como é configurado o sistema de ensino em nível nacional e suas características:

A constituição fala em 4 (quatro) tipos de sistemas de ensino: da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que os organizará em regime de colaboração da seguinte forma: a União organizará e financiará o sistema federal e, ainda, prestará assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para desenvolvimento de seus sistemas ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. (2003, p. 43)

Dessa forma, os quatro sistemas de ensino definidos legalmente pela Constituição Federal (CF) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) com atribuições próprias e complementares prepararão a gestão democrática do ensino público respaldada na participação da comunidade escolar.

A organização do sistema educacional das instituições públicas está definida na LDBEN, pontuando suas funcionalidades de autonomia administrativas, financeiras e pedagógicas. No tocante a estrutura, o conjunto de instituições públicas meramente ordenadas conforme as atribuições da lei, tem como organização o sistema: a)Federal b)Estadual c)Distrital e d)Municipal, podendo em cada modalidade desenvolver sua proposta pedagógica conforme sua necessidade, respeitando as normas determinadas conforme o art. 12º da Lei 9394/96: . “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: § 1º - elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

2.1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para falarmos sobre a gestão democrática no ambiente escolar, se faz necessário abordar de maneira geral sobre a educação. A educação é tudo aquilo que aprendemos, e ela está ligada diretamente com o ato de ensinar e aprender, ao aprender o ser humano torna-se um ser social, dessa maneira a educação é entendida “como espaço múltiplo, que compreende diferentes atores, espaços e

dinâmicas formativas, efetivado por meio de processos sistemáticos e assistemáticos” (Dourado e Oliveira, 2009, 203).

Sabe-se que a escola possui um papel importante no desenvolvimento do indivíduo e para tal, torna-se fundamental uma educação de qualidade, onde é necessário uma gestão que tenha como objetivo a contínua melhora dos departamentos da escola, ou seja, um ambiente democrático e participativo na educação promove a qualidade do ensino e da aprendizagem, tornando essencial entender que a gestão democrática faz parte da estrutura que tem como objetivo alcançar a qualidade na educação. (Toccolini, 2013).

O ambiente escolar exige atividades pedagógicas e de administração, com o objetivo de promover uma educação de qualidade, como dito anteriormente. Para isso, a escola atua com essa gestão a fim de gerar interação e participação de todos os envolvidos, viabilizando que:

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida. (Gadotti, 2004, p.16)

Compreendendo a importância da participação de todos os envolvidos, tem-se a precisão do entendimento sobre a gestão democrática e qual o papel e a relevância de cada segmento nesse processo. Segundo Luck (2009) entende-se que:

[...] A gestão democrática, como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros de uma coletividade, não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões ela envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo como um todo, pela ação coletiva (p.71).

A partir do breve conhecimento sobre o processo dessa gestão, percorreremos os documentos legais que norteiam e fundamentam o tema proposto. Gestão Democrática é um princípio legal definido no artigo 206, inciso VI, da CF, e regulamentado na Lei 9.394/96, a LDBEN. Mesmo com sua legitimação na CF, apenas no início dos anos 90 se deu sua efetivação, através de outras leis, planos e normas (Silva, 2017).

De acordo com o artigo 206 da CF88 compreende-se que a educação pública será regida e assegurada segundo o princípio da gestão democrática “Art. 206. O

ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei (Brasil, 1988).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “a escola deve constituir-se em espaço democrático no qual, professores, alunos, pais ou responsáveis e gestores e geral exercitem e cidadania” (Fialho, Taboza, 2013, p. 5). No artigo 3º da LDBEN está estabelecido que "o ensino será mantido com base nos seguintes princípios: (...) VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta lei da legislação dos sistemas de ensino” (Brasil, 1996), a norma afirma ainda que o asseguramento do funcionamento da gestão democrática ocorreria de acordo com que está descrito no Artigo 14:

[...] Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Idem).

A Gestão Democrática no Plano Nacional de Educação (2014-2024), está presente no artigo 2º no inciso VI, determinando que ocorrerá a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;”. A mesma aparece na meta 19:

Gestão democrática da educação - assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (p.35)

Além do PNE, normas posteriores já confirmavam a determinação da gestão democrática.

Diante do exposto, conforme Medeiros apud Silva (2017) a Gestão Democrática da educação:

[...] está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Também a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, bem como o debate sobre a qualidade social dessa educação universalizada, são questões que estão relacionadas a esse debate (p.17001).

Com o intuito de propor atividades coletivas no ambiente escolar, a Gestão Democrática enriquece o trabalho pedagógico, desfazendo a ideia hierárquica, no sentido de poder absoluto da gestão, o clientelismo e a burocracia, desenvolvendo o meio escolar (Morais et al, 2012).

Ressalta-se que o gestor precisa ultrapassar “a dicotomia entre a teoria e a prática, repensando a sua metodologia administrativa em todo momento, procurando sempre promover a participação de todos os segmentos da escola” (Silva, 2017, p. 17001), compreendendo que as ações e decisões são tomadas de modo coletivo e não apenas pela direção geral da unidade escolar.

Teoricamente, o processo da Gestão Democrática exige alguns mecanismos de execução, que quando bem articulados e planejados promovem positivamente o processo. São eles: Conselhos Escolares, Conselho de Classe, Associação de Pais e Mestres e Grêmios Estudantil e eleição para diretor.

Os Conselhos Escolares consistem na representação da comunidade escolar e local, através da participação em decisões de diversas áreas relacionadas ao ambiente escolar, sua principal função é:

Contribuir cada vez mais para que a escola cumpra sua função de educar, construir a democracia e a cidadania participativas, realizar um processo de aprendizagem significativa, respeitar e valorizar o saber e a cultura do estudante e da comunidade, usar significativamente o tempo pedagógico e ser democrática e participativamente gerida. (SEDUC, Mato Grosso, s/a)

Compreende-se que os conselhos são os meios de que a Sociedade dispõe para participar da gestão democrática da escola, além de possuir um importante papel na construção do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, considerando as necessidades de melhorias, as prioridades e a participação da comunidade a que está ligada diretamente (Brasil, 2004). Essa unidade de ensino possui uma estrutura organizacional, a partir de uma direção, associação de pais e mestres, conselho escolar, professores, secretaria, profissionais de apoio e os alunos.

Teoricamente a atividade democrática não apresenta muitas dificuldades, pois é um mecanismo que visa, como já foi dito anteriormente, o desenvolvimento de um trabalho com o envolvimento de toda comunidade, considerando suas peculiaridades. Mas, a gestão enfrenta diversos desafios, conforme Castiglioni (2007) que são a profissionalização e modernização da Gestão Escolar, a democratização e a humanização da escola. São questões que envolvem a

formação de gestores, inclusão a diversidade cultural e das mudanças constantes que ocorrem na sociedade.

A profissionalização e modernização da Gestão Escolar estão relacionados à formação dos gestores, a inovação tecnológica e ao planejamento, monitoramento e avaliação, em razão de que em determinadas situações essas ações são realizadas de qualquer maneira, ou nem são realizadas. Outro aspecto acerca da democratização da escola refere-se ao respeito das diferenças, a inclusão daqueles que precisam de maiores cuidados e por fim, diante das diversas transformações que a sociedade vem sofrendo, sejam elas culturais e morais, onde são encontradas as dificuldades referentes à humanização da escola.

Compreende-se que o resgate teórico desenvolvido busca promover uma reflexão sobre a atividade democrática em uma comunidade escolar e local, principalmente porque esses impasses refletem diretamente na construção do documento que representa e norteia a instituição de ensino: o Projeto Político Pedagógico, tendo em vista que, quando não há democracia na instituição e os sujeitos não tomam conhecimento de sua importância para a construção do documento, o mesmo é elaborado apenas para cumprimento de normas.

Para que isso não ocorra, a Gestão democrática dispõe de ferramentas para o desenvolvimento de atividades, e uma das mais importantes é o Planejamento Participativo, entendido como “qualquer esforço de planejar com a utilização de ideias que venham das pessoas que fazem parte da instituição, de um movimento ou de um grupo” (Gandin, 2013, p.88).

No âmbito educacional essa ferramenta é fundamental no processo de transformação do meio, considerando que:

Os conceitos, os modelos, as técnicas e os instrumentos sempre buscaram levar a um processo em que um grupo, ao definir e organizar sua prática, firmasse seu saber e desenvolvesse suas competências na utilização do método científico e no domínio dos processos de transformação da realidade (Idem, p. 97).

Nesse processo de planejamento participativo no segmento educacional, tem-se a construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola, no qual o envolvimento de toda a comunidade é fundamental na elaboração do documento.

2.1.3 NÍVEIS DE GESTÃO

2.1.3.1 GESTÃO EDUCACIONAL

A educação brasileira apresenta transformações de acordo com a mudança na sociedade, por influências da política, da economia em suas práticas, interligando os processos para uma nova cultura com a participação coletiva da sociedade, onde possam ser realizadas as mudanças necessárias, numa perspectiva dinâmica e buscar um avanço na qualidade do ensino. Segundo o documento “Salto para o futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico/Secretaria de Educação Distância” (1998, p. 28) “Adquirir uma nova cultura não é negar a cultura primeira, mas integrá-la no processo de desenvolvimento humano e social”.

Nesse sentido, diante dos desafios do sistema de ensino, a administração escolar deu início à trajetória da ação organizacional e estruturação que assegura um envolvimento educacional a todas às partes. A Teoria Clássica, por exemplo, formada por Henri Fayol no século XX, deu início a tarefa de organizar os sistemas de ensino, ou seja, uma transição a normativas predeterminantes que assimilar a gestão pública do país (Sander, 2009).

As concepções administrativas se consolidaram bem como a Revolução Industrial, abrindo espaço das práticas empresariais para educação com objetivos de alcançar melhores resultados como uma avaliação constante, tomada de decisões baseadas em resultados e uma centralidade de poder (Sander, 2009). Dessa forma, as teorias que se adaptaram aos serviços escolares foram a de Taylor e Fayol, uma pela importância da organização racional, ou seja, divisão de tarefas e aproveitamento do tempo trabalhado. E a outra teoria voltada para a departamentalização de setores, visando um desempenho maior.

Contribuindo com essa discussão, Sander (2009, p. 71) enfatiza:

A orientação centralizadora e homogeneizadora de gestão técnico-racional do estado planejador assumiu características de um modelo-máquina, prioritariamente preocupado com a economia, a produtividade e a eficiência.

Nesse sentido, a hierarquização predominava sobre o aspecto de comandar os trabalhos para alcançar propostas pré-estabelecidas no âmbito educacional, ou seja, o propósito da administração. Englobado a esse modelo, a condição humana de trabalho e participação das ações desenvolvidas era limitada, partindo sempre do

administrador para estabelecer as normas da organização. Como decorrência dessa perspectiva de Administração, a gestão escolar assimila a gestão Burocrática.

Com as discussões recorrentes da reforma educacional no âmbito da gestão democrática articulada com a regulamentação da Carta Constitucional em 1988, uma nova dimensão ganhou corpo após esse período, passando o modelo de organização denominado administração educacional para gestão educacional.

Nessa perspectiva Luck (1997, p.4) ressalta que:

A expressão “gestão educacional”, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes surge, por conseguinte, em substituição a “administração educacional”, para representar não apenas novas ideias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo.

Nesse contexto, podemos inferir que a participação dos mecanismos que contemplam a instituição de ensino é importante para atuarem de forma significativa, fazendo parte da construção social, abrindo espaço para o diálogo e respeitando a realidade da escola. A mudança das concepções destacadas acima trata-se da progressão e conquistas dentro do mundo da Educação Formal caracterizado pela dinamicidade da realidade atual, na forma de redimensionar as relações de organização, isto é, com foco no sujeito, mais que na instituição. Assim, “o conceito de gestão educacional, diferentemente do de administração educacional, abrange uma série de concepções não abarcadas pelo de administração” (Ibid., p. 4).

Portanto, o modelo de organização na atual conjuntura das instituições de ensino caracteriza-se pela gestão educacional, voltada para os princípios de autonomia e participação. Como destaca Carvalho (2011), as reformas educacionais, ao priorizar o novo modelo de gestão, têm atribuído maior destaque à escola, pois se considera que o sistema opera melhor se estiver atuando próximo à comunidade local, seja disseminando informações sobre seu desempenho, seja compartilhando a tomada de decisões e as responsabilidades.

Desse modo, a comunicação se torna um aspecto inerente à organização escolar, pois estabelece uma relação de diálogo, permitindo a todos os envolvidos do ambiente escolar participarem da construção da escola, buscando qualidade educativa coerente para a realização de uma educação pública de boa qualidade.

Referindo-se à autonomia, a escola pode definir sua proposta pedagógica, aproximando ao máximo da realidade dos alunos para uma educação libertadora.

Como salienta Carvalho (2011) são dimensões de autonomia pedagógica: a); a autonomia da escola b); na elaboração de seu próprio projeto pedagógico, c); na definição de seus conteúdos, d); metodologias e recursos didáticos.

O Sistema Educacional brasileiro constitui uma organização a partir da autonomia e participação, configurado do ponto de vista administrativo por Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal, conforme as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A organização dos sistemas citados acima é caracterizada por suas especificidades culturais, sociais e econômicas, apoiando-se por relações reflexivas em um conjunto de instituições organizadas em seu eixo de qualidade e aprendizagens educativas.

Contribuindo com essa discussão, Luck (1997, p.9) enfatiza:

A própria concepção de gestão educacional como um processo de mobilização do talento e da energia humana necessários para a realização dos objetivos de promover nas instituições educacionais experiências positivas e promissoras de formação de seus jovens alunos, demanda a realização de trabalho conjunto e integrado.

Como destaca Luck (1997), a descentralização dos processos de organização e tomada de decisões em educação, a democratização dos processos de gestão da escola, estabelecidos na CF e a conseqüente construção da autonomia da escola, demandam o desenvolvimento de espírito de equipe e noção de gestão compartilhada nas instituições de ensino, em todos os níveis. Dessa forma, os ajustes em cada sistema de ensino podem obter mudanças necessárias conforme as relações dinâmicas das instituições.

Diante do contexto, ressaltamos a importância dessas adaptações estarem estabelecidas na CF e na LDBEN, numa finalidade de buscar o melhor para educação, evitando o distanciamento de uma organização sistematizadora e harmônica, garantindo a conscientização de forma proposital a participação de toda comunidade escolar, visando a melhoria de cada atividade.

2.1.3.2 GESTÃO ESCOLAR

Em decorrência da aprovação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9.394/96), a gestão escolar é atribuída a dois marcos principais para se consolidar uma estrutura educacional de qualidade, possibilitando avanços coletivos pertinentes à organização pedagógica, administrativa e financeira da

escola. O primeiro princípio associado vem da condição a democracia, ou seja, o direito de todos a ter voz e vez para processo organizacional da educação em diferentes níveis de poder pela classe social, portanto, “a gestão democrática implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos (Cury, 2007, p.494).

O segundo elemento relaciona-se com a gestão escolar, contribuindo para uma educação emancipadora está à participação da sociedade, fortalecendo o controle das atividades educacionais e agregando com ações mobilizadoras. Interligando esses aspectos, Luck (2009, p.23) compreende que o contexto da gestão escolar está no:

[...] ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo.

Nessa perspectiva que se dá a importância da comunidade escolar. Ela envolve-se junto com a escola para definir a proposta pedagógica em maneiras de orientar, planejar, organizar e refletir ações educacionais para o ensino e aprendizagem dos alunos. Para a realização desses aspectos é necessário que a escola esteja apta à comunicação, em diversos segmentos da comunidade escolar: professores, alunos, pais e funcionários, contribuindo para que possam participar ativamente do processo educativo.

Esse trabalho interativo da gestão escolar configura-se em buscar melhorias para atingir objetivos durante o processo de organização e na formação dos alunos, com isso, exige um caráter da liderança, tornar conhecido as ideias propostas é ressaltar a importância de todos no processo educacional. Portanto, Luck (2009) aponta algumas estratégias para ocasionar mudanças e com entendimento a alcançar os objetivos educacionais. A primeira se relaciona com as dimensões de organização consideradas, a estrutura básica da gestão escolar e dimensões de implementação, que tem por característica transformar as práticas educacionais.

Os mecanismos que a escola utiliza por meio da gestão escolar são articulados em um viés comunicativo, ou seja, cada segmento realiza seu trabalho numa conexão entre si. Por vezes, a atividade como controle participativo varia o grau de intencionalidade da comunidade escolar, como caráter democrático. Segundo Vieira (2014, p.26) ressalta o principal papel a ser considerado:

A descentralização a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas publicadas de decisão, que conferem a cada escola sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade de ensino como ponto central de qualquer proposta para escola pública.

Nesse sentido, as relações de apoio escolar que contribui para um processo democrático em realizar a interação entre educadores e os responsáveis dos alunos contribui na autonomia escolar, com planejamento de acordo com sua realidade. Como destaca Souza (2009), a escola pública é de compromisso de todos, visto que todos colaboram no modo de organização para atender o interesse de todos.

A conquista da sociedade para ter o envolvimento no processo educacional brasileiro perpassa por lutas de grupos e movimentos sociais que reivindicavam melhorias no âmbito econômico, político, cultural e sociais, partindo da premissa de uma educação emancipadora. Para Silva (2015, p.26), a sociedade teve avanços, pois “por meio da construção de novos ideais educacionais em relação à gestão e organização escolar, a democratização da educação estaria sendo pensada para a efetiva oferta de uma educação pública de boa qualidade”.

O modo de participação da sociedade em contribuir tanto na organização e gestão escolar vem se ressignificando ao longo do período desde os embates de 1980, colocando as ideologias externas no cenário educacional brasileiro. Nesse contexto Silva (2015, p.28) enfatiza que:

As políticas e programas efetivados no cenário brasileiro tiveram caráter de participação e descentralização, sendo a participação como um princípio de responsabilização pelas práticas de gestão, coordenação e responsabilidade de manutenção das escolas.

Esse avanço sobre a organização da instituição reflete diretamente nas atividades do cotidiano da escola, numa condição de verificar o real papel no ato de educar, formando indivíduos preparados para a vida social e profissional. É nesse aspecto que a gestão escolar deve estar envolvida integralmente na ação pedagógica, por valores de mudança social com a contribuição da comunidade escolar, participando do contexto escolar em sua forma dinâmica. Para isso, a mediação da gestão escolar entre os agentes participativos na dimensão educacional é necessária, esclarecendo o modo auxiliar em processos educativos na escola.

Nesse parâmetro, Cury (2007, p.489) evidencia que:

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialógica, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a

termo um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais comprometidos.

Compreende-se então a importância de a gestão escolar criar mecanismos de fortalecimento na mediação entre a comunidade escolar, esclarecendo o objetivo da escola para sociedade e demonstrar a proposta do que se deseja alcançar em suas atividades. Assim, a comunidade escolar pode colaborar com discussões que esteja em mencionar o problema, refletir sobre ele, propor e acompanhar as atividades educativas, interligando os segmentos do âmbito escolar: professores, alunos, pais e funcionários para melhoria da educação.

Nesse sentido, para uma proposta pedagógica eficiente é fundamental que seja construída democraticamente, a partir dessa compreensão surge o Projeto Político Pedagógico.

2.1.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2.1.4.1 DEFINIÇÃO

O projeto político pedagógico é entendido como uma ferramenta escolar para o cumprimento de suas atividades de ensino de maneira sistematizada. Esse documento é previsto na lei nº 9.394/96 – LDB, no artigo 12, inciso I. Veiga (1998, p.12) afirma que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, essa construção é uma necessidade sem precedência, que requer uma análise reflexiva sobre sua importância.

A autora define o projeto político pedagógico como “a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo” (Idem, p.1). Para tal, é necessário ter como base princípios norteadores para a escola, que neste caso se trata da instituição pública e esses princípios são a igualdade, a qualidade, a gestão democrática, a liberdade e a valorização do magistério (Veiga,1998). Objetivando a melhor compreensão do documento, a autora faz algumas considerações no olhar político e no olhar pedagógico. Considera que o projeto é político devido as responsabilidades dos interesses comuns daqueles que compõe a sociedade daquele local, sejam eles professores, alunos, pais e comunidade em geral, além de buscar formar um cidadão mais humano e digno. O documento é também

considerado dessa maneira por estar envolvido num contexto de relações sociais de poder e empoderamento.

No sentido pedagógico ele é entendido devido à definição das atividades educativas e da caracterização da escola, conforme seus objetivos. Dessa forma é possível afirmar que o PPP é “um meio onde se investiga, indaga e busca conhecer a realidade da escola em todas as suas dimensões” (Moraes et al, p.9, 2013).

Entende-se que se trata de um documento que visa à mudança da realidade, buscando a transformação na organização e contribuindo para a interdisciplinaridade das atividades da escola, conforme Vasconcellos (2012). O autor conceitua o projeto político pedagógico como um “plano global da instituição [...] entendido como a sistematização nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa quer se quer realizar” (Idem, p.149).

Diante disso, esse planejamento participativo caracteriza o documento como democrático, e isso para o autor é uma maneira de “resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento” (Idem, p.169).

Libâneo (2004) compreende o PPP como o detalhamento de objetivos, ações e diretrizes, na qual busca atender as exigências sociais e legais do sistema educativo, e conseqüentemente as expectativas da comunidade escolar com aquela instituição. Em outras palavras, entende-se que o documento instrui na produção de uma realidade e para tal é necessário refletir, analisar sobre ela, como já dito anteriormente.

2.1.4.2 FINALIDADE

O projeto político pedagógico é um documento construído numa proposta interdisciplinar, com a finalidade de sistematizar proposta pedagógica da instituição de ensino. Segundo Moraes (2012) a sua finalidade consiste na “organização do trabalho pedagógico, buscando soluções para superar os conflitos, e os problemas existentes na escola a fim de que ela possa reorganizar-se e realizar suas funções sociais, garantindo a melhoria da qualidade de ensino” (p.7).

Considerando que ele visa ao desenvolvimento da consciência crítica, o envolvimento da comunidade, a participação de todos os departamentos os setores da escola e principalmente na formação e construção da autonomia,

responsabilidade e criatividade. Na sua constituição, depende muito do trabalho do todo, do tempo dedicado, dos voluntários na elaboração, e a referência teórica (Gadotti, 2004), permitindo a definição dos caminhos da instituição e uma configuração diferente de organização.

Para Vasconcellos (2012), a finalidade no planejamento é o marco referencial. Este busca por uma posição e quando a instituição define seu posicionamento expressando “o sentido do nosso trabalho e as grandes perspectivas para a caminhada” (p.182). Ele afirma que o principal objetivo do documento é “tencionar a realidade no sentido da sua superação/transformação e em termos metodológicos, fornecer parâmetros, critérios para a realização do diagnóstico” (p.182).

Nessa perspectiva entende-se que “o projeto é uma ação consciente porque é planejado com vistas no futuro. É sempre um misto de realidade e supra-realidade, um além da realidade que pretende transformar” (Silva 1997 p.78 apud Morais, 2012).

Com isso, o projeto político pedagógico da escola encaminha-se para representação da comunidade atendida, pontuando a sua visão sobre a educação e o ensino, definindo como serão realizadas as práticas pedagógicas, na busca pelo desenvolvimento da escola, sabendo que o PPP contempla os objetivos que a escola deseja atingir, conforme as suas condições e possibilidades e concretizando a partir dos encontros, debates, definições de atividades e ações.

2.1.4.3 ESTRUTURA

Partindo do que se compreende por estrutura, temos a organização e sistematização de um documento, segundo Vasconcellos (2012), a estrutura básica de um projeto político pedagógico é composto por três partes, definidas como Marco Referencial, Diagnóstico e Programação, são dimensões que se articulam entre si.

O marco referencial é a finalidade, é onde é traçado o caminho que se deseja percorrer, considerando questões como: o que precisa ser mudado, que indivíduo deseja formar, entre outras. O diagnóstico é entendido como “levantamento das dificuldades ou de dados da realidade” (Idem, p.189), visando alcançar o que se almeja. Por último está a programação, definida como o “conjunto de ações concretas assumido pela instituição” (Idem, p.194), em outras palavras, é a proposta da ação.

A estrutura do projeto político pedagógico não possui uma determinação obrigatória em documentos legais, alguns autores definem modelos de estrutura, por exemplo Vasconcellos como já foi citado anteriormente, como também Libâneo (2004), o autor pontua nove itens para o projeto pedagógico curricular:

1. Contextualização e caracterização da escola;
2. Concepção de educação e de práticas escolares;
3. Diagnóstico da situação atual;
4. Objetivos gerais;
5. Estrutura de organização e gestão;
6. Proposta curricular;
7. Proposta de formação continuada de professores;
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;
9. Formas de avaliação do projeto. (p.164-165).

Por meio da estrutura é possível identificar na escola suas características, polos de poder, conflitos e com isso é possível o reconhecimento das áreas que estão inviabilizadas, o motivo que levou a essa condição, permitindo então a elaboração de um plano de ação para o reparo de pendências, além de definir “finalidades comuns e configurando novas formas de organizar as estruturas administrativas e pedagógicas para a melhoria do trabalho de toda a escola na direção do que se pretende” (Veiga, 1998, p.8).

2.1.4.4 CONSTRUÇÃO

A partir da afirmação a qual o projeto político pedagógico consiste na organização da escola, a sua construção é realizada conforme os princípios citados anteriormente na definição do PPP, principalmente a partir da autonomia e da participação. Segundo Gadotti (2000), compreende-se que firmado nesses princípios o projeto vai além de um simples manual de atividades, uma vez que ele é construído a partir de uma gestão democrática, de modo coletivo, buscando atender a demanda do todo e não apenas de uma parte isolada.

Na construção do PPP é realizado o estudo e a análise do trabalho pedagógico, sendo isso considerado por Veiga uma forma de minimizar a fragmentação e hierarquização do meio escolar, afirmando que:

[...] a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central (1998, p.6).

Os principais sujeitos para a construção do documento é a comunidade escolar, são os professores, alunos, pais, equipe da coordenação e essa construção deve ser algo de interesse de todos, sem insistência, devem ter como objetivo o desenvolvimento da instituição de ensino e conseqüentemente da comunidade. Veiga em seu artigo sobre as Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico, considera que:

Construir um projeto pedagógico significar enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola. (Veiga e Resende, p.9, 1998).

Compreendendo que a construção é o principal momento, é onde será definido todo o planejamento, Celso Vasconcellos (2012) pontua algumas etapas na construção do projeto político pedagógico, que são:

Surgimento da necessidade do projeto; decisão inicial de fazer; trabalho de sensibilização e preparação; decisão coletiva; elaboração: marco referencial, diagnóstico e programação; publicação; realização interativa; avaliação, atualização do diagnóstico; reprogramação anual; avaliação do conjunto; reelaboração (parcial ou total). (p.174).

Considerando que todas as etapas são indispensáveis, tendo em vista que cada uma contribuiu para a formação completa do documento, o autor enfatiza que isso é uma decisão coletiva e que “se o grupo não percebeu ainda a importância, de nada adianta desencadear o processo de construção” (p.176).

Diante da abordagem sobre a fundamentação teórica da pesquisa em questão, vamos discorrer sobre a metodologia, em que, é pontuado como ocorreu o desenvolvimento do estudo.

2.2 METODOLOGIA

2.2.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

A pesquisa realizada é entendida como qualitativa com o objetivo de analisar as orientações para a elaboração do projeto político pedagógico. Essa análise ocorreu por meio de um estudo sobre o projeto político pedagógico e gestão democrática, tendo como fonte os sites do MEC – Ministério da Educação, SCIELO – Biblioteca Eletrônica Científica Online, como também o das Secretarias de Educação da Região Nordeste, além de pesquisas de autores, como Ilma Passos Veiga (1998, 2013, 2014), Moacir Gadotti (2004), José Carlos Libâneo (2004, 2012),

Celso dos Santos Vasconcelos (2012), entre outros pesquisadores que realizaram pesquisas e trabalhos sobre o assunto estudado.

A pesquisa iniciou-se na busca por documentos orientadores para a construção do projeto político pedagógico, por meio de um levantamento de dados coletados nos principais sites das Secretárias Estaduais de Educação e do Conselho Estadual de Educação dos Estados do Nordeste, com o intuito de analisar de forma sistemática as orientações da construção do Projeto Político Pedagógico, confrontando com a literatura acadêmica de teses, dissertações e livros.

O principal meio de pesquisa deu-se através da internet, como dito acima, acessando-se os sites das Secretarias de Educação, com as primeiras buscas em outubro de 2017 até abril de 2018, os principais meios de pesquisa foram a partir da internet, como também através de contatos telefônicos e através do e-mail.

As buscas pelos documentos orientadores foram acessíveis, os principais estados que tivemos dificuldades foi o estado da Bahia e o de Alagoas. O documento orientador do estado da Bahia foi encontrado no final de 2018, já o de Alagoas através do site da Secretária de Educação não consta nenhum documento, diante disso contactamos a secretaria através de ligação e obtivemos a informação de que seria verificado a existência do documento, porém não tivemos mais retorno.

Os objetos de estudo da pesquisa foram encontrados a partir dos termos-chaves: “Orientações para construção do Projeto Político Pedagógico”, com a falta de informações nesses sites a alternativa adotada foi encontrar os documentos nos sites oficiais do Conselho Estadual de Educação de cada região, onde constam os regimentos, resoluções e parecer das modalidades de educação.

Na busca por teses e dissertações na internet, através dos sites do MEC – Ministério da Educação, SCIELO – Biblioteca Eletrônica Científica Online, iniciou-se a pesquisa a partir da expressão “construção do projeto político pedagógico”, após isso encontramos cerca de 25 artigos que tratam sobre a importância da construção do projeto, o modo de construção e os seus benefícios para a instituição. Também pesquisamos por “orientações para elaboração do projeto político pedagógico”.

Nosso problema nasce do questionamento quanto à orientação para a elaboração do documento (PPP) ofertada pela Secretaria de Educação, nessa perspectiva, numa abordagem mais ampla decidimos traçar um panorama regional, contemplando a região nordeste. Para tanto, compreende-se que a estrutura do

documento é decisiva para uma ampla compreensão da unidade de ensino e de suas demandas.

A partir do instrumento de pesquisa, o roteiro proposto por Libâneo (2004), levantamos a estrutura do Projeto Político Pedagógico:

1. Contextualização e caracterização da escola;
2. Concepção de educação e de práticas escolares;
3. Diagnóstico da situação atual;
4. Objetivos gerais;
5. Estrutura de organização e gestão;
6. Proposta curricular;
7. Proposta de formação continuada de professores;
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;
9. Formas de avaliação do projeto. (p.164-165).

Libâneo (2004) é nosso quadro de referência por construir um quadro metodológico e sistemático, além de compreender que o PPP expressa a demanda social e legal do sistema de ensino e deve contemplar os propósitos e expectativas da comunidade a sua volta.

A partir do supracitado instrumento, realizamos uma análise daquilo que as orientações ofertam para a elaboração do Projeto Político Pedagógico e sua relação com a literatura.

2.2.2 FONTES DOCUMENTAIS

ESTADO	SITE
Alagoas	Nenhum dado encontrado.
Bahia	Acesso em 17 de dezembro de 2018: < http://escolas.educacao.ba.gov.br/orientacoes-pedagogicas >.
Ceará	Acesso em 20 de fevereiro de 2018: < http://www2.cec.ce.gov.br/Docs/Instrumentos%20Gerenciais.pdf >.
Maranhão	Acesso em 5 de fevereiro de 2018: < http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/12/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-PPP-SEDUC-PDF-1.pdf >
Paraíba	Acesso em 5 de janeiro de 2018: < https://paraiba.pb.gov.br/sites/thead/wp-content/uploads/2015/02/6-CONSTRUCAO-PPP.pdf >
Pernambuco	Acesso em 3 de fevereiro de 2018: < http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5979 >
Piauí	Acesso em 5 de janeiro de 2018: < http://www.ceepi.pro.br/CADASTRO%20estaduais/0%20Estaduais-EB.htm >

Rio Grande do Norte	Acesso em 18 de fevereiro de 2018: < http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000162742.PDF >.
Sergipe	Acesso em 16 de abril de 2018: < http://www.cee.se.gov.br/resolucoes_normativas.asp >.

Tabela 1 – Referências das orientações do PPP.

2.2.3 DIMENSÕES DE ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

As dimensões que estão relacionadas com o Projeto Político Pedagógico devem ser contempladas no documento base para sua construção, ou seja, as orientações fornecidas pelas Secretarias de Educação de cada Estado. Dessa maneira, de acordo com o instrumento da pesquisa conta-se que as orientações contemplam o que neste é proposto, como a abordagem do contexto escolar, apontando as características sociais e econômicas da comunidade, a fim de esclarecer a realidade da escola.

Como também a proposta de ensino, a proposta de formação continuada para professores e principalmente o trabalho que será desenvolvido com a família dos alunos e toda a comunidade em que a unidade de ensino está inserida, sabendo da influência que a família exerce sobre o aluno, torna-se indispensável a proposta de trabalho com estes. Esses pontos citados estão inseridos nas dimensões do PPP, que são entendidas como dimensão administrativa, pedagógica, financeira e jurídica, e estas se relacionam entre si para o bom desenvolvimento das atividades da instituição de ensino.

Segundo Veiga (1998) o ponto de partida para a elaboração do Projeto Político Pedagógico tem como princípio as normas comuns do Sistema de Ensino, este contribui com a gestão educacional através de formas de apresentar aos agentes da escola, que são os professores, pais, alunos, funcionários, toda a dimensão do PPP.

O Projeto Político Pedagógico não é apenas um documento que descreve a proposta pedagógica e que em alguns casos é arquivado e não utilizado, conforme Valeiro (2017, s/p) o PPP consiste em:

[...] um instrumento que traduz a busca pela formação da cidadania, na tentativa de reorganizar o espaço escolar, através de um maior envolvimento da comunidade escolar na construção de uma escola de qualidade com participação coletiva e a mesma não está dissociada do contexto histórico-social, econômico e social.

Dessa maneira ele envolve as dimensões acima citadas: administrativa, pedagógica, financeira e jurídica, a fim de refletir sobre tais ações e a partir deste criar uma realidade de acordo com as necessidades do público atendido, tendo em vista que sua construção ocorre através destes, ou seja, professores, alunos, pais, funcionários e comunidade, a participação de cada um desses, conforme a autora, permite o asseguramento de “uma gestão democrática e uma participação coletiva capaz de aproximar a realidade dos educandos e de toda a escola de forma democrática, legitimada por aqueles que fazem da escola um espaço vivo e atuante” (Idem, s/p).

A partir de tal compreensão, entende-se que o Projeto Político Pedagógico “é uma ação intencional, como sentido explícito com um compromisso definido coletivamente” (Idem, s/p). A participação de todos os envolvidos no processo é fundamental na reflexão das ações educativas, sabendo que o olhar daqueles que compõem cada segmento da escola são distintos, permitindo a análise por vários ângulos das situações vividas.

Assim, construir um documento eficaz, segundo Valeiro (2017, s/p) “interdisciplinar e globalizador” é necessário “desenvolver formas democráticas de organização, gestão e funcionamento escolar, dando atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos e à melhoria das relações de trabalho em seu interior” (s/p).

As dimensões administrativa, pedagógica, financeira e jurídica citadas anteriormente são norteadoras para o Projeto Político Pedagógico de acordo com os estudos da autora, a dimensão administrativa refere-se a “organização da escola como um todo, envolvendo as formas de gestão de pessoal e de recursos que garantam os meios para que o trabalho pedagógico se realize com êxito” (s/p), é nesta dimensão que se destaca o diretor da escola, aplicando uma gestão democrática, formando a estrutura dessa gestão e para Libâneo (2004) apontar essas informações no PPP são de suma importância na construção da realidade que se deseja alcançar.

A dimensão pedagógica consiste em “ações voltadas para a melhoria da qualidade de ensino e está estreitamente ligado à identidade da escola, à sua missão social, à clientela e aos resultados obtidos” (Idem, s/p), entende-se que é necessário um documento que sistematize tais informações e que a instituição de ensino possa através desse cumprir com a sua responsabilidade social, e este

documento é o PPP, no qual “formula metas, prevê ações, institui procedimentos e instrumentos de ação” (Idem, s/p).

A dimensão financeira tem como objetivo elevar o desempenho da educação na instituição, a fim de alcançar uma “melhora na infraestrutura, o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático e a elevação dos índices de desempenho da educação básica” (Idem, s/p). Por fim a dimensão jurídica está “relacionado com a escola, no ato de construir suas próprias regulações e orientações” (Idem, s/p), com o objetivo de esclarecer a função de cada um que compõe a instituição, apresentando direitos e deveres.

As dimensões apresentadas permitem a construção de um documento que busca alcançar os objetivos superando as falhas e retrocessos, Libâneo (2004) em seu esse roteiro contempla essas dimensões ao longo dos itens elencados, algumas dessas dimensões contemplam mais de um dos itens apresentados no roteiro, isso devido a integração e conexão que existe entre eles, ou seja, não há como dissociar, eles estão diretamente relacionados com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade.

2.2.4 DADOS ENCONTRADOS

2.2.4.1 ALAGOAS

Esta pesquisa não contemplou nenhuma informação sobre o documento orientador para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do estado de Alagoas, visto que não há a disponibilização do documento através de meios digitais e nem documentação física. Utilizou-se de meios de comunicação como ligações e e-mail, além de pesquisas no site da Secretaria de Educação do Estado, mas não houve nenhum retorno.

2.2.4.2 BAHIA

ESTRUTURA PROPOSTA POR LIBÂNEO (2004)	PROPOSTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
1. Contextualização e caracterização da escola;	1. Sumário;
2. Concepção de educação e de práticas escolares;	2. Apresentação;
3. Diagnóstico da situação atual;	3. Identificação;
4. Objetivos gerais;	4. Justificativa;
5. Estrutura de organização e gestão;	5. Visão, Missão, Objetivos e Metas;
6. Proposta curricular;	6. Princípios educativos;
7. Proposta de formação continuada de professores;	7. Pressupostos educacionais (fundamentação teórica);
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;	8. Organização escolar;
9. Formas de avaliação do projeto.	9. Estrutura organizacional;
	10. Estrutura física;
	11. Proposta curricular;
	12. Plano de atividades;
	13. Implementação e avaliação;
	14. Referências.

O documento orientador para a elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP do Estado da Bahia foi elaborado numa jornada pedagógica em 2014, na qual a Secretaria de Educação o intitulou de Orientações para o Projeto Político Pedagógico – PPP e ele está contemplado em 8 páginas. O documento inicia com uma breve consideração do que se trata o PPP, ele tem como base as considerações da autora Ilma Passos Veiga em expressar do que se trata o PPP.

A orientação para elaboração destaca que a construção do PPP deve ser de modo coletivo, afirmando que os autores devem ser “professores, equipe técnica, estudantes, pais ou representantes da comunidade local, interna e externa, possuem diferentes concepções acerca do processo de educação” (s/p). Essa consideração é firmada por Gandin (2013), ao pontuar que a elaboração desde o planejamento deve partir de pessoas que façam parte da instituição, da comunidade escolar.

A partir do objetivo de que o PPP se torne um instrumento que caracterize a escola, o documento orientador propõe um roteiro para a elaboração do projeto político pedagógico. De acordo com o roteiro definido por Libâneo (2004) e utilizado na pesquisa como instrumento de análise, o roteiro sugerido pela Secretaria de Educação da Bahia apresenta tópicos distintos, mas que contemplam parcialmente o que Libâneo (2004) propõe.

A sugestão de roteiro inicia abordando a importância da realização de uma breve apresentação sobre o que o PPP da escola e o que julgarem necessário sobre pontos importantes na elaboração do projeto. Na sequência orienta-se a realização da identificação da escola, pontuando os seus dados principais. Já no roteiro proposto pelo autor, a “contextualização e a caracterização da escola” é o primeiro item apresentado, seguido da concepção que a unidade de ensino possui de educação e de práticas escolares, porém na orientação estabelecida pela Secretaria do Estado essas informações são compreendidas no quarto item que é definido de “justificativa”, neste item também está o esclarecimento da atual situação da instituição.

A unificação das informações a um único item pode dar uma ideia de menos importância de alguma delas, sabendo que todas elas são importantes para a elaboração do documento e para a efetivação das atividades. Vasconcelos (2012), afirma que o PPP possui três partes, definidas como marco referencial, diagnóstico e programação, onde respectivamente se tem a finalidade do projeto, considerando o que precisa ser mudado, o cidadão que busca construir; a descrição dos dados da

escola, relacionado principalmente com as dificuldades e por fim o que será feito para a mudança da realidade atual.

A partir dessa compreensão nota-se que as informações estão misturadas, considerando a proposta de Libâneo (2004) e que há uma necessidade do esclarecimento das informações, sabendo que o projeto político pedagógico conforme Veiga (1998) é a organização do trabalho pedagógico de uma instituição.

O documento orientador no item cinco propõe o esclarecimento da “visão, missão, objetivos e metas da instituição”, no qual Libâneo (2004) recomenda um item identificando apenas os “objetivos gerais da instituição”. Ele propõe nos itens 5- Estrutura de Organização e gestão; 6- Proposta curricular e 9- formas de avaliação do projeto, e esses estão sendo contemplados no roteiro sugerido pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Notou-se a ausência da abordagem de alguns itens, que foram eles o 7- Proposta de formação continuada de professores e o 8- Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica. Esses dois pontos são de total importância para uma instituição de ensino. O tópico 7 “Proposta de formação continuada de professores”, por exemplo, pode-se entender que a partir do desenvolvimento do serviço com qualidade por parte do docente, é possível que o ensino promova uma aprendizagem significativa para o aluno, a formação continuada é primordial para tal objetivo.

Dessa maneira, considera-se que a prática pedagógica é algo que deve ser sempre repensado e reciclado, devido aos avanços sociais, tecnológicos e com a formação continuada o docente cumprirá melhor sua atividade pedagógica, tendo em vista que para se atingir os objetivos de ensino, é necessário investir no educador (Silva e Oliveira, 2014).

O tópico 8 “Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica” aborda sobre a proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica, esse ponto tem como objetivo aproximar a comunidade para a instituição de ensino, para que, conseqüentemente, a instituição seja um reflexo da sua comunidade, ou seja, evitando com que a escola não caracterize aquele público, levando a mesma a não atingir as necessidades daquela comunidade. Além disso, a participação dos pais e comunidade gera nesses indivíduos o sentimento de pertencimento e isso reflete em

um desenvolvimento conjunto, tanto da instituição, dos alunos, como dos pais e comunidade.

Dessa maneira, a proposta pedagógica analisada de maneira geral atende os principais pontos do roteiro proposto por Libâneo (2004) para a construção do PPP. É importante destacar a valorização dada na fundamentação teórica no item 7- Pressupostos educacionais (fundamentação teórica), em que a Secretaria visa destacar todos os conteúdos que serão ofertados para o aluno, com o principal objetivo de propor aos professores uma reflexão sobre a sua prática pedagógica.

2.2.4.3 CEARÁ

ESTRUTURA PROPOSTA POR LIBÂNEO (2004)	PROPOSTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
1. Contextualização e caracterização da escola;	1. Diagnóstico;
2. Concepção de educação e de práticas escolares;	2. Justificativa;
3. Diagnóstico da situação atual;	3. Referencial teórico;
4. Objetivos gerais;	4. Definição da proposta curricular;
5. Estrutura de organização e gestão;	5. Definição de objetivos e metas;
6. Proposta curricular;	6. Organização e desenvolvimento curricular;
7. Proposta de formação continuada de professores;	7. Definição de estratégias de gestão escolar;
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;	8. Processo de avaliação.
9. Formas de avaliação do projeto.	

O Governo do Estado do Ceará através do Conselho de Educação elaborou um manual no ano de 2005 para a elaboração dos instrumentos de gestão das instituições de ensino no estado, que são eles o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o Plano de Trabalho Anual Escolar.

Os esclarecimentos sobre o PPP estão dispostos em 21 páginas que abordam a construção do documento, divididos em 8 passos. O manual traz a definição do PPP, baseado em Veiga (1995), Saviani (1993) e Carmo (2003), a partir da conceituação ele afirma que “a escola tem uma função pedagógica que cumpre sua intenção política de contribuir para a formação de homens e mulheres, comprometidos com um determinado tipo de sociedade” (p.14).

E essa construção não é realizada apenas pela gestão da instituição de ensino, ela é realizada por todos, tendo em vista que a execução do documento promoverá mudanças e essas mudanças afetam a todos os envolvidos e não apenas os que o construíram. Como abordado anteriormente na construção do Projeto Político Pedagógico, Veiga e Rezende (p.9, 1998), apontam que:

Construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola.

O documento proposto pela Secretaria propõe uma estrutura a partir do passo a passo da construção e de acordo com o roteiro para elaboração do PPP proposto por Libâneo (2004), o manual atende aos tópicos propostos, com divisões diferentes. As informações do roteiro de Libâneo (2004), serão identificados como tópico e as informações do roteiro do conselho de educação, serão identificados como passos, sabendo que está sendo abordado a construção do documento.

O primeiro tópico que é a contextualização e caracterização da escola, este é contemplado no primeiro passo definido como diagnóstico, o segundo tópico que é a concepção de educação e de práticas escolares está abordado no segundo passo, definido como justificativa, junto com o tópico três que é o diagnóstico da situação atual. O tópico seis da proposta curricular contempla, conforme a análise, dois passos da estrutura fornecida pelo conselho de educação, que é o terceiro passo, definido como referencial teórico e o quarto passo que é a definição da proposta curricular.

O tópico quatro do roteiro de Libâneo (2004) são os objetivos, estes estão contemplados em conjunto com as metas. O quinto tópico é a estrutura de organização e gestão, que contempla o passo sete da definição de estratégias de gestão escolar, o último tópico são as formas de avaliação do projeto, contemplado no oitavo passo, definido como processo de avaliação.

Os tópicos sete que é a proposta de formação continuada de professores não é contemplado nas orientações fornecidas pelo conselho, mesmo sendo uma definição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Já o oitavo tópico “proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica” é abordado, mas não de modo específico, é contemplado no sétimo passo, no calendário escolar, com atividades de encontros visando a integração escola/família/comunidade.

Retomando a abordagem sobre a formação continuada dos professores, este ponto vai além de cursos externos e internos, essa formação pode ocorrer no exercício da profissão a partir da autonomia que a escola propõe aquele educador, Libâneo (2004) afirma que:

[...] os professores podem aprender várias coisas: tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional. Mas, principalmente aprendem sua profissão. É claro que os professores desenvolvem sua profissionalidade primeiro no curso de formação inicial, na sua história pessoal como aluno, nos estágios, etc. Mas é imprescindível ter-se clareza hoje de que os professores aprendem muito compartilhando sua profissão, seus problemas, no contexto de trabalho. É no exercício do trabalho que, de fato, o professor produz sua profissionalidade. Esta é hoje a idéia-chave do conceito de formação continuada. Colocar a escola como local de aprendizagem da profissão de professor significa entender que é na escola que o professor desenvolve saberes e as competências do ensinar, mediante um processo ao mesmo tempo individual e coletivo (p.34-35).

A partir dessa compreensão, ter um olhar diferenciado para essa temática proporciona um melhor desempenho das funções, desenvolve um relacionamento recíproco entre gestores, docentes e alunos.

Dessa maneira, a abordagem sobre a construção do PPP no Manual elaborado pelo Conselho de Educação do Estado do Ceará foi realizada de maneira bem minuciosa e objetiva, visando a um cumprimento da lei e o cumprimento dos deveres na instituição de ensino, devendo apenas rever a importância do trabalho com o professor para o melhor desempenho das ações.

2.2.4.4 MARANHÃO

ESTRUTURA PROPOSTA POR LIBÂNEO (2004)	PROPOSTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
1. Contextualização e caracterização da escola;	1. Introdução.
2. Concepção de educação e de práticas escolares;	2. Histórico da instituição.
3. Diagnóstico da situação atual;	3. Diagnóstico.
4. Objetivos gerais;	4. Fundamentos teóricos metodológicos.
5. Estrutura de organização e gestão;	5. Organização Curricular.
6. Proposta curricular;	6. Metas a serem alcançadas.
7. Proposta de formação continuada de professores;	7. Acompanhamento/Avaliação.
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;	
9. Formas de avaliação do projeto.	

A Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) do estado de Maranhão disponibiliza em 2016, orientações gerais para elaboração do projeto político pedagógico, com construção do documento no mesmo ano, obtendo 27 páginas. Em início, o documento apresenta a importância da comunidade escolar na formação humana e sua participação em ações pedagógicas, administrativas e financeiras, enriquecendo o trabalho coletivo na construção do PPP como instrumento organizacional da identidade da escola pública. Numa contextualização assertiva, o documento faz referências a autores como Freire, Veiga e Gandin para destacar a elaboração do PPP de forma participativa e democrática, a rede estadual maranhense.

Para a gestão escolar, compreender as particularidades do PPP, as orientações gerais para elaboração do PPP do estado de Maranhão traz pontos reflexivos para fortalecer esse projeto, como objetivo geral do PPP, em auxiliar as escolas públicas a construção do documento numa perspectiva coletiva para

melhorar o ensino e formação a cidadania, em sequência, o documento trata de objetivos específicos para esclarecer a todos processo de construção do PPP, como identidade da escola, uma articulação entre as políticas públicas, iniciação de acordo com realidade escolar e estratégias de organização na escola. Após esses dois elementos, a orientação contribui com uma discussão em fundamentos legais para importância do PPP, normativas como Constituição Federal 1988, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica respaldadas em seus artigos e resoluções determinadas para o projeto político pedagógico.

Nesse direcionamento, Veiga (1998) ressalta que o PPP precisa ser construído nas instituições de ensino com respeito às normas legais comum, numa análise reflexiva relevante. Essa tríplice de elementos que a orientação traz em primeira parte faz com que a comunidade escolar, possa compreender o grau de importância do PPP, como instrumento facilitador para melhorar a qualidade na educação.

Com menções semelhantes a autores que comporta nosso referencial teórico, o documento orientador traz indagações que possa ser de professores, alunos, funcionários ou de responsáveis, em três pontos importantes; o que é PPP?; Por que político e pedagógico? e Por que fazer?. Aspectos importantes que garantem discussões na comunidade escolar verificando os conceitos chaves, partindo de valores democráticos que é a abordagem do documento a seguir, sobre implantação e implementação do PPP. Assim, Vasconcelos (2012), destaca dessa importância que o PPP perpassa por um planejamento participativo, em ação educativa. Dessa forma, todos os segmentos alcançando um grau de entendimento no processo de elaboração, distanciam as dificuldades do ambiente escolar.

A organização do PPP estabelecida pela orientação elenca como princípios norteadores cinco itens: a) equidade; b) qualidade; c) gestão democrática; e d) liberdade os quais são fundamentais para tornar coerente a escola pública democrática. Veiga (1998), afirma que os cinco princípios são necessários para a instituição pública organizar seu trabalho. Essa integração destes itens demonstra o que a escola pública prática em suas ações, principalmente no PPP.

O roteiro básico proposto por orientações gerais do PPP do estado de Maranhão recomenda uma estrutura diferente ao sugerido por Libâneo (2004). O primeiro item “introdução” do roteiro destaca a participação coletiva e a relevância do

PPP, no segundo item “histórico da instituição”, contempla a caracterização de toda escola. O primeiro e segundo item proposto pelo autor está parcialmente inserido nos itens iniciais do documento, com a contextualização no quarto item “concepção de educação e práticas escolares” composta no item seis da orientação “metas a serem alcançadas”. A organização coerente da elaboração do PPP torna também o instrumento facilitador para a reelaboração, com isso, se faz necessário está explícito a todos da comunidade escolar.

O terceiro item diagnóstico da situação atual indicado por Libâneo (2004) têm a mesma semelhança no roteiro de elaboração do PPP do Maranhão, já o quarto item “objetivos gerais” difere do documento, apresenta-se como item seis na orientação básica do estado como “metas a serem alcançadas”. Neste item o documento abre como subtópico o item cinco “estrutura de organização e gestão”, abordado por Libâneo (2004) elencando ações para ser desenvolvidas na instituição escolar.

Paro o sexto item “proposta curricular” apresentado por Libâneo (2004), está contemplado a mesma denominação no campo semântico, demonstrando um roteiro básico na elaboração do PPP com processos pedagógicos e levantando indagações no processo de aprendizagem. O item sete “proposta de formação continuada de professores” e “proposta trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica”, sugerido por Libâneo (2004) estão inseridos como subtópicos no item seis “metas a serem alcançadas”, no documento apresentado pelo estado de Maranhão, dispondo de práticas a serem desenvolvidas a todos os segmentos educacional. Na proposta de elaboração do PPP menciona-se “acompanhamento/avaliação” como item sete, no entanto, Libâneo (2004) propõe como item nove “formas de avaliação do projeto”. Os nomes estão no mesmo campo de significado, colaborando com ações de melhor desempenho no aspecto contínuo da escola.

A orientação básica para elaboração PPP do estado de Maranhão tem como pontos positivos a contextualização e levantamentos de indagações de todo processo educacional, colocando de forma clara o que é o PPP e sua importância no contexto escolar, sobre o aspecto democrático de sua construção. Os itens contidos no documento distinguem da estrutura que Libâneo (2004) propõe, mas comporta com clareza todos os itens numa exemplificação inerente.

2.2.4.5 PARAÍBA

ESTRUTURA PROPOSTA POR LIBÂNEO (2004)	PROPOSTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
1. Contextualização e caracterização da escola;	Fase I – Sensibilização e início do projeto.
2. Concepção de educação e de práticas escolares;	Fase II– Princípios norteadores do Projeto Político–Pedagógico.
3. Diagnóstico da situação atual;	Fase III– Diagnóstico para elaboração do Projeto Político–Pedagógico.
4. Objetivos gerais;	Fase IV – Estabelecimento de objetivos e metas.
5. Estrutura de organização e gestão;	Fase V – Execução e acompanhamento.
6. Proposta curricular;	Fase VI – Avaliação Final.
7. Proposta de formação continuada de professores;	
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;	
9. Formas de avaliação do projeto.	

A coleção de apoio ao fortalecimento da Educação aos municípios paraibanos criados pela secretaria estadual, com nove manuais para qualificar a gestão educacional referente às políticas públicas da educação foi construída no programa Paraíba faz educação em 2014.

O sexto volume sobre as orientações para construção do projeto político pedagógico contendo 60 páginas, vai elencar uma estrutura que auxilia a equipe gestora na elaboração e revisão do PPP. Em início o documento apresenta o objetivo dos marcos legais vigentes, como conceitos, princípios e finalidade, etapas e sugestões para o PPP. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) junto com Diretrizes Curriculares Nacionais para cumprimento das normas estabelecidas, a orientação da elaboração do PPP esclarece as determinações que são obrigatórias.

A explanação que o documento orientador traz sobre o que é PPP, numa perspectiva de organizar as atividades administrativas e pedagógicas que possa ser construído em diálogo com toda comunidade escolar, sem modelos prontos, mas por demandas da realidade social que se conduz pela autonomia, reflete como se posiciona Vieira (2014), cada escola tem sua singularidade, sua identidade própria a partir do coletivo que configura uma nova ação educacional. Por essa orientação o PPP se torna a proposta que vai diminuir a defasagem do ambiente escolar, em ações educativas de caráter intencional.

No próximo elemento o documento orientador discute a finalidade do PPP, como já dito, a sua importância para o ambiente escolar, mas evidenciando o papel do dirigente da instituição para mediar o processo de construção e participação de todos os segmentos da comunidade escolar, que tem como discussão no elemento seguinte, a construção democrática do PPP. Por meio do dirigente, a escola garante a gestão democrática, com a participação de todos envolvidos na tomada de decisões e partilha de conhecimentos. Luck (1997) ressalta a importância da gestão educacional na articulação de ideias que ocorra no ambiente escolar. Essa contribuição do dirigente caracteriza a descentralização do poder, melhorando a qualidade das ações educativas e fortalecendo a participação dos demais segmentos com apropriação de ideias.

O documento orientador para elaboração do PPP segue uma estrutura diferente a Libâneo (2004), em início aborda que não há um único modelo e caminho determinado, mas a participação de todos determinará a metodologia usada. Em análise, o primeiro item denominado “sensibilização e início do projeto” aproxima-se a estrutura sugerida pelo autor. Reconhecendo a elaboração do PPP numa forma democrática e conscientizando todos os segmentos para cada atividade a ser desenvolvida, para além de fazer a caracterização da escola, coletando informações da realidade social. Gadotti (2004) ressalta com essa discussão, que o trabalho da comunidade escolar se faz necessário, numa organização crítica em estabelecer as informações. A supervisão dessas atividades é responsabilidade do dirigente, criando mecanismos para que as ações sejam realizadas com total aproveitamento, na perspectiva democrática.

No item dois “concepção de educação e de práticas escolares” sugerido por Libâneo (2004) o documento orientador apresenta como “princípios norteadores do PPP”, mas pontua sobre o sentido educacional e posicionamento político-

pedagógico que a comunidade escolar definirá o perfil da escola, com discussões sobre as práticas escolares. O título difere, mas o contexto está relacionado semanticamente, integrando as concepções do autor. No item três “diagnóstico da situação atual” não identificamos divergência ao que Libâneo (2004) propõe, em detalhar as informações que auxilia nas demandas sociais e educativas, mas está contido o item seis tratando-se superficialmente sobre a estrutura e organização da escola. Esses processos contribuem para sensibilização da comunidade escolar e consciência crítica na formação social que a escola agrega, fortalecendo as ações intencionalmente.

Referente ao item quatro “estabelecimento de objetivos e metas”, o documento traz uma discussão que assemelha aos “objetivos gerais”, como sugere Libâneo (2004) priorizando as possibilidades da realidade social que possam ser transformadas pela instituição. Denomina-se este item como estabelecimento de “objetivos e metas” e este contempla o item seis indicado por Libâneo (2004) como “proposta curricular”. O documento faz menções para este item quando aborda Referencial Curricular para Educação Infantil, os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental, a Proposta de Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional/MEC para a comunidade escolar adequar conforme as necessidades dos alunos. Morais (2012) destaca a importância de a comunidade escolar refletir sobre suas peculiaridades e organizá-las para superar as dificuldades existentes. A junção dos itens quatro e seis no documento orientador para elaboração do PPP representa o que discute Libâneo (2004), mas a divisão dos itens pode explicitar a abrangência dele.

Como próximo “item execução e acompanhamento” do modelo proposto pela Secretaria, o documento orientador novamente faz junção a dois itens sugeridos por Libâneo (2004), o item sete “proposta de formação continuada de professores” e o item oito “proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica”, indicando ações para ser desenvolvidas em alcançar as metas pré-determinadas.

No último item Libâneo (2004) aponta formas de avaliação do projeto, que os resultados sejam discutidos pela comunidade escolar periodicamente, avaliando os avanços e pontos a ser melhorados na instituição. O documento tem a mesma contribuição, avaliar o PPP num processo contínuo, envolvendo toda equipe escolar.

O trabalho realizado da secretaria de educação em auxiliar as intuições escolares para a construção do PPP na perspectiva de melhorar a educação tem grande contribuição para todas da região de Paraíba. Percebe-se na análise que a orientação para construção do PPP segue uma estrutura diferente sugerida por Libâneo (2004), alguns itens citados anteriormente estão contidos na mesma discussão, dificultando a compreensão de elementos importantes obtidos no PPP.

2.2.4.6 PERNAMBUCO

ESTRUTURA PROPOSTA POR LIBÂNEO (2004)	PROPOSTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
1. Contextualização e caracterização da escola;	1. Apresentação;
2. Concepção de educação e de práticas escolares;	2. Identificação do estabelecimento;
3. Diagnóstico da situação atual;	3. Histórico da unidade escolar e sua relação com a comunidade;
4. Objetivos gerais;	4. Eixos norteadores da escola;
5. Estrutura de organização e gestão;	5. Marco referencial;
6. Proposta curricular;	6. Princípios, as teorias de aprendizagem e os princípios do sistema de avaliação;
7. Proposta de formação continuada de professores;	7. Diagnóstico da realidade da escola;
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;	8. Programação de proposta de ação para efetivar as práticas;
9. Formas de avaliação do projeto.	9. Proposta Curricular;
	10. Matriz curricular;
	11. Marcos de aprendizagem.

O Programa de Formação Continuada de Gestores Escolares de Pernambuco (PROGEPE) em suas finalidades construiu o Módulo V – Projeto Político

Pedagógico em 2012, contendo 50 páginas para instrumentalizar a instituição escolar em valores sociais a sua forma de organização, sem deixar de seguir a estrutura e orientações do sistema estadual de ensino de Pernambuco.

Para início, o documento trata de tema norteadores, destacando concepções centrais que articula a construção do PPP como a cultura de paz e os valores humanos. Após, apresenta aspectos que configuram o PPP em quatro elementos na participação, gestão democrática, a autonomia e o trabalho coletivo integrando para sua efetivação. Conforme a orientação do documento, esse processo se dá pela equipe gestora possibilitando discussões para a comunidade escolar entrar em consenso, portando, o documento traz indicações de como ocorrer essa organização de leituras pertinentes.

Como elemento de organização da matriz curricular, o documento orientador para elaboração do PPP refere-se às diretrizes da educação e dos referenciais curriculares nacionais, além de mencionar leis nacionais e acordos internacionais para refletir sobre o processo educacional.

No primeiro item para elaboração do PPP de acordo com Libâneo (2004) que pontua a “contextualização e caracterização da escola” é subdividido em três itens no documento orientado como “apresentação”, “identificação do estabelecimento” e “histórico da unidade escolar e sua relação com a comunidade”, abordando superficialmente que deverá estar contido no PPP, como pressupostos filosóficos e determinações legais, além das características principais da escola. Assim, Gadotti (2004) destaca a importância da consciência crítica na elaboração do PPP se basear em referenciais teóricos, envolvendo a participação da comunidade escolar. O fazer conhecer a todos deve estar exposto com clareza, inicializando o processo de construção do PPP com concepções assíduas da realidade social.

O documento orientador de maneira superficial trata como segundo item sugerido por Libâneo (2004) “concepção de educação e de práticas escolares” dois tópicos, “eixos norteadores da escola” e “princípios educativos da instituição”.

Para o item três, novamente o documento não explana o que a comunidade escolar apresentar no PPP, que seria o “diagnóstico da situação atual da instituição”. Na sequência o roteiro de Libâneo (2004) aborda sobre o item quatro “objetivos gerais”, este item apresenta-se diferente no documento orientador do estado, contido no “marco referencial”, em missão, visão, valores e compromissos e utopias.

No tópico programação de proposta de ação para efetivar as práticas, o documento detalha a forma de organização na instituição em diversas dimensões como exemplo a formação e aplicação de recursos humanos. Libâneo (2004) sugere este tópico como estrutura de organização e gestão, mecanismos que facilitaram a descentralização da equipe gestora para toda comunidade escolar. Neste tópico, comporta junto o item sete, proposta de formação continuada de professores e o item oito, proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica.

Com a mesma denominação proposta curricular e instrução dos conteúdos que devem estar contidos no PPP, o item seis proposto por Libâneo (2004) se insere no documento. Relatando a organização do trabalho pedagógico por áreas e o processo de avaliação interna e externa, nesse sentido Morais (2012) destaca a organização do trabalho pedagógico como função social para melhoria da qualidade de ensino, portanto, ressalta a importância das atividades pedagógicas estarem em consonância com base curricular nacional, possibilitando aos alunos uma formação integral.

Sem aprofundamento, o tópico “matriz curricular” menciona quadros de listagem de conteúdos para acompanhamento do ensino e aprendizagem, não especifica como deve ser trabalho esse mecanismo no PPP. No próximo tópico “marcos de aprendizagem”, o documento aborda quadros de registro para analisar o ensino e aprendizagem, mantidos separados por ano ou ciclo. Este tópico assemelha-se ao item nove citado por Libâneo (2004) como formas de avaliar o projeto. Os últimos tópicos tratados no documento orientador do PPP são projetos especiais que envolvem o fortalecimento na formação dos alunos e anexos como exemplo diário de classe, registros de avaliação e conteúdo.

2.2.4.7 PIAUÍ

ESTRUTURA PROPOSTA POR LIBÂNEO (2004)	PROPOSTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
1. Contextualização e caracterização da escola;	1. Contextualização e caracterização da escola;
2. Concepção de educação e de práticas	2. Concepção educativa e práticas

escolares;	escolares;
3. Diagnóstico da situação atual;	3. Diagnóstico da situação atual da escola;
4. Objetivos gerais;	4. Objetivos;
5. Estrutura de organização e gestão;	5. Estrutura organizacional e gestão;
6. Proposta curricular;	6. Conteúdos;
7. Proposta de formação continuada de professores;	7. Espaços de formação continuada;
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;	8. Dados do contexto extra-escolar;
9. Formas de avaliação do projeto.	9. Avaliação.

No Estado do Piauí, o documento que orienta a construção do PPP é denominado: Matriz do Projeto Político Pedagógico nas Escolas Estaduais, com sua versão de julho de 2005, no site do conselho estadual não detalhe como foi construído esse documento, um roteiro de 9 páginas para organização do trabalho escolar. Como tópico inicial, o texto inicia apontando o que é PPP para a comunidade escolar estar integrada e ciente de sua importância, com um instrumento teórico - metodológico na função educativa em relação a dimensões política e pedagógica.

Nesse sentido, a participação da comunidade escolar vai além da simples elaboração do documento, e sim, devendo “concebido na perspectiva da sociedade, da educação e da escola, ele aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente” (VEIGA, 2010, p. 1).

O documento é analisado referência para a construção do PPP em escolas estaduais do Piauí sob aporte teórico de Libâneo (2004), num modelo de estrutura a seguir com nove itens proposto pelo autor, mencionados no quadro acima, identificamos que no documento o primeiro item da contextualização e caracterização da escola estão adequados, por apresentar no contexto o art. 14 da Lei 9394/96 da elaboração do projeto político pedagógico em forma democrática e procedimentos que leve a comunidade escolar a fazer a identificação da instituição.

E por esse sentido que inicia a descentralização na escola, convidando a todos a participarem do processo organizacional da escola.

No segundo item, “concepção educativa e práticas escolares”, proposto por Libâneo (2004) está relacionado os itens, “ações e fundamentação teórica”, elencados no documento orientador do estado do Piauí, numa perspectiva pedagógica para princípios e objetivos definidos, em articulação da mais diversa experiências possíveis, completando uma formação integral. Para isso, o planejamento curricular associa-se ao tratado, como destaca Gadotti (2010):

Ele diz respeito a toda a vida escolar, já que por currículo não se entende apenas o conteúdo das áreas de conhecimento da escola, mas a própria dinâmica da ação escolar, integrando todos os elementos que interagem para a consecução de seus fins e objetivos” (p.2).

Partindo do que ressalta o autor, o tópico agrega um valor significativo para orientação do PPP, pois ele traz maneiras de como a comunidade escolar deve agir para alcançar seus objetivos. Para exemplificação na página 5 do documento detalha-se, “a condução de diagnósticos sociais, com levantamento de questões de saúde, de segurança, de meio ambiente, de transporte...”, unindo com demais elementos que condiz a toda vida escolar.

O diagnóstico da situação atual da escola entendida como terceiro item proposto por Libâneo (2004) tem semelhança na orientação do PPP estadual de Piauí. Na descrição do mesmo, aborda aspectos positivos e negativos no ambiente interno e externo da escola para uma mudança educacional, e por esse caminho que Moraes (2013), entende que conhecendo a escola em toda dimensão pode melhorar a organização. Esse tópico apresenta um leve entendimento de como a gestão escolar deve apontar cada situação, incluindo todos os aspectos da escola.

Para o quarto item, os objetivos no documento apontam, de forma clara e específica, os resultados que a escola pretende buscar, interligando com o plano estadual (SEDUC). Esse item se relaciona com o diagnóstico no documento, partindo dele pode estabelecer os objetivos. Verificamos que a dependência de um item para o outro, faz com que o PPP seja entendido ainda mais como um documento de construção coletiva.

O quinto item descrito na orientação de Piauí, apresenta-se diferente ao tratar-se da estrutura organizacional e gestão, informações abordadas que melhoram o aspecto administrativo e pedagógico, referindo a possibilidades que cada escola possa conter e criar diante a realidade. Libâneo (2014) e Ilma (2013)

contribuem nessa discussão, para escola dispor de estruturas, tanto pedagógicas quanto administrativas, para que o processo educacional ocorra conforme a comunidade escolar.

A proposta curricular discutida na orientação como item seis tem com organização uma diversidade dos elementos, citados na página 3 do documento como “conteúdos a serem desenvolvimentos, em cada série ou ciclo, a articulação entre as diversas áreas do conhecimento, as metodologias e estratégias...”. Importante destacar para esse item por considerar os preceitos da LDB, em organizar o currículo conforme a Base Nacional Comum Curricular no sistema estadual de educação.

No que se refere ao item sete proposta “de formação continuada de professores”, o documento traz considerações superficialmente em propor espaços de formação continuada e troca de experiências para garantir a prática pedagógica. Moraes (2012), compreende que os encontros que fortalecem na formação do corpo pedagógico da escola, acrescenta uma melhor qualidade de ensino. Logo, pode-se discutir com a comunidade escolar os momentos determinados para reuniões, numa prática pedagógica que não vislumbre minimamente o ensino.

O item oito “proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica”, se relaciona à orientação para elaboração do PPP como tópico “dados do contexto extra-escolar”, que têm contribuições significativas para os responsáveis dos alunos e toda comunidade em torno da escola. Em subtópicos o documento aponta como o PPP deve assegurar a relação entre a família, alunos, funcionários e outros, numa participação integral na resolução dos problemas e das potencialidades da escola.

Gadotti (2000) ressalta que a partir do coletivo se entende a necessidade e se constrói uma proposta educacional mais crítica. Por esse direcionamento, ao trabalho educativo que integra a comunidade e se expressa em propostas e ações educativas que diminuiria os problemas da escola.

No item nove “avaliação” como tópico reporta-se alguns itens na orientação da construção do PPP, principalmente aos objetivos, por meio de instrumento que irá verificar as fichas de acompanhamento e relatórios, como detalha na página 5 do documento, “o monitoramento e avaliação do projeto Político Pedagógico será realizado através de fontes de verificação obedecendo a uma periodicidade estabelecida previamente e de forma participativa intra e extra escolar”. Esse item

tem grande relevância para elaboração do PPP, em abranger todos os aspectos que a escola desenvolve e de forma sistemática ele comporta como analisar o andamento da unidade de ensino.

A orientação para elaboração do PPP do estado de Piauí, contém todos os itens proposto por Libâneo (2004), identificando as características principais da escola. Na análise dos itens, verificamos que o documento propõe para a comunidade escolar um PPP democrático, com base referencial Na Lei 9.394/96 (LDBEN), num trabalho educativo participativo e descentralizado, o que distancia da proposta de Libâneo (2004) é o detalhe minucioso por que conter esses itens e informações encontradas no documento, dificultando o entendimento e reflexão para elaboração do PPP. É necessário que a gestão escolar esteja preparada para conduzir o processo de elaboração, mediando às ações da comunidade escolar e seus questionamentos para a realização de um PPP qualitativo e não um documento que não terá utilidade.

2.2.4.8 RIO GRANDE DO NORTE

ESTRUTURA PROPOSTA POR LIBÂNEO (2004)	PROPOSTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
1. Contextualização e caracterização da escola;	1. Sumário;
2. Concepção de educação e de práticas escolares;	2. Apresentação do PPP;
3. Diagnóstico da situação atual;	3. História e contexto da escola;
4. Objetivos gerais;	4. Diagnóstico;
5. Estrutura de organização e gestão;	5. Missão;
6. Proposta curricular;	6. Fundamentação teórica e bases legais;
7. Proposta de formação continuada de professores;	7. Plano de ação;
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;	8. Formação Continuada de professores e equipe pedagógica da escola;
9. Formas de avaliação do projeto.	9. Referências bibliográficas utilizadas

(p.164-165)

para subsidiar os estudos sobre o PPP.

O documento encontrado do Estado do Rio Grande do Norte diz respeito a um documento definido como Referências Básicas para Organização do Trabalho Pedagógico. Neste documento o PPP é abordado nos tópicos abaixo: Projeto Político-Pedagógico; Dimensões para organização do trabalho pedagógico e para projeto político-pedagógico; Frequência de utilização do Projeto Político-Pedagógico de acordo com Gestor, Coordenador e Professor; Adequação do Plano de Ensino ao Projeto Político-Pedagógico de acordo com os professores; Retrato do Projeto Político-Pedagógico e Subsídios para o Projeto Político-Pedagógico.

O documento tem como objetivo “garantir a melhoria da Educação Básica do Estado para que todas as crianças, jovens e adultos tenham acesso à educação de boa qualidade” (p.5), construído durante todo o ano de 2017, o mesmo visa que as escolas avaliem a dimensão do PPP de cada uma delas, a fim de propor a escola um novo olhar.

De acordo com os tópicos elencados acima, o documento aborda o conceito do PPP e aponta os tópicos/assuntos que a estrutura deve conter (p.14):

- Contexto da Comunidade, compreendendo: Localização, aspectos históricos e sócio culturais, população, área disponível para a Escola e Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDH-M, entre outros; Caracterização da Comunidade Escolar, compreendendo: Informações sobre saúde, educação, trabalho e renda, habitação, vulnerabilidade social, entre outras;
- Indicadores Educacionais da Escola compreendendo: Indicadores de acesso, de fluxo e de aprendizagem;
- Marcos Referenciais, compreendendo: Concepção de educação e de Escola, à Sustentabilidade, aos Direitos Humanos e à Diversidade Cultural;
- Aspectos do Plano de Ação, compreendendo: missão, objetivos e finalidades da Escola, estrutura organizacional, modelo de gestão, conselhos e órgãos de decisão, estratégias de comunicação interna e externa, formas de participação dos pais, manutenção do espaço físico e de equipamentos pedagógicos, organização e funcionamento dos espaços administrativos e pedagógicos, plano de ações para a sala multifuncional integrado ao trabalho da sala regular.

Essa estrutura inicial é abordada para uma melhor contextualização e compreensão do contexto em que o PPP está inserido. Além disso, o documento aponta indicadores que são utilizados para acompanhar a utilização do PPP nas escolas, como também a relação que é feita entre o Plano de Ensino e o Projeto Político-Pedagógico. Esses indicadores pontuam a escola conforme a utilização do PPP, ou seja, ela classifica a escola conforme o que é estabelecido nas referências.

O último ponto da estrutura base da elaboração do PPP, citado acima, definido de Referências Básicas define um roteiro para a elaboração do PPP. Inicialmente deve ser apresentado o Sumário com todos os itens que compõe o projeto, seguindo da Apresentação do PPP, que contempla a necessidade da construção e como ocorreu o processo de construção.

Após esse momento introdutório é abordado o item História e contexto da Escola, o qual aborda o tópico primeiro tópico do roteiro de Libâneo (2004): “Contextualização e caracterização da escola”. O documento orientador esclarecer as informações que são importantes para esse item, como os indicadores de Densidade demográfica e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como também informações sobre saúde, habitação, renda e vulnerabilidade social, essas informações são solicitadas com o objetivo de que possam desenvolver atividades que motivem a comunidade a se relacionarem com a escola.

Semelhante ao roteiro proposto por Libâneo (2004) o item “Diagnóstico da situação atual” é abordado com a definição de “Diagnóstico”, esse diagnóstico é realizado através de indicadores de aprendizagem, por exemplo a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, RN Aprende – SIMAIS, Prova Brasil, Enem e etc. Seguindo a ordem de estrutura das Referências Básicas, a Missão contempla parcialmente o item Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica, porém de acordo com o descritivo nota-se a presença apenas da abordagem do trabalho com a comunidade, pontuando a importância da comunidade nas reuniões para elaboração do PPP.

A Fundamentação teórica é o sexto item contemplado no documento orientador, nele é possível identificar o tópico Concepção de educação e de práticas escolares, pontuado por Libâneo (2004), mas não de uma forma aprofundada. O mesmo pontua a importância de abordar concepções teóricas e bases legais, além de apresentar a concepção de educação.

O item sete, definido como Plano de Ação contempla os objetivos gerais, a proposta curricular e as formas de avaliação do projeto. Por fim tem-se o item Formação continuada dos professores e equipe pedagógica da Escola, este contempla o que propõe Libâneo (2004) e ainda abrange para toda a equipe pedagógica. Notou-se que o item cinco Estrutura da organização e gestão do roteiro de Libâneo (2004) não foi abordado diretamente.

Considerando todo o documento, há uma abordagem de todos os itens pontuados como necessários por Libâneo (2004), porém no roteiro final do PPP, alguns deles não são descritos, mas vale ressaltar que para a construção do PPP se faz necessária a leitura e compreensão das Referências Básicas para a Organização do Trabalho Pedagógico, ou seja, de maneira direta ou indireta todo o assunto pontuado nesse documento estará refletido no Projeto Político Pedagógico.

2.2.4.9. SERGIPE

ESTRUTURA PROPOSTA POR LIBÂNEO (2004)	PROPOSTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO
1. Contextualização e caracterização da escola;	I. Justificativa;
2. Concepção de educação e de práticas escolares;	II. Referencial teórico;
3. Diagnóstico da situação atual;	III. Identificação da instituição educacional e da mantenedora;
4. Objetivos gerais;	IV. Proposta curricular da instituição.
5. Estrutura de organização e gestão;	
6. Proposta curricular;	
7. Proposta de formação continuada de professores;	
8. Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica;	
9. Formas de avaliação do projeto. (p.164-165)	

O Estado de Sergipe, através da Resolução Normativa nº 5, de 12 de novembro de 2015, define “diretrizes operacionais para elaboração do Projeto Político Pedagógico” (p.1). O documento foi homologado em janeiro de 2016, com prazo de adequação até o mês de agosto do mesmo ano.

O documento possui 23 páginas e está dividido em 6 capítulos, nos quais abordam: Capítulo 1 das disposições introdutórias; Capítulo 2 do Projeto Político Pedagógico; Capítulo 3 da organização curricular; Capítulo 4 do Regimento escolar; Capítulo 5 do calendário escolar e Capítulo 6 das Disposições transitórias e finais. A resolução põe a elaboração do documento, conforme o modelo disponibilizado como obrigatório e definitivo. Nota-se que não há uma abertura ou autonomia as instituições para que adequem o documento às suas necessidades específicas, no que diz respeito a inserir ou retirar qualquer informação, em nível de tópico.

A resolução inicia detalhando os instrumentos de execução do PPP, que são eles a organização curricular, o regimento escolar e o calendário escolar. Esses documentos precisam ser elaborados com a participação da comunidade escolar, essa participação é base para o desenvolvimento das atividades, Morais et al (2013, p. 6) aponta que:

[...] a participação é o melhor caminho para que a comunidade compreenda melhor o trabalho realizado pela escola, porque é somente através da participação que se estabelece a liberdade das ações e da construção coletiva em respeito uns aos outros, através do diálogo e do poder de decisão, que deve ser exercido por todos que participam efetivamente das tarefas da escola, no intuito de fazê-la progredir na qualidade do ensino e da aprendizagem das crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A resolução não contempla apenas a construção do PPP, ela da base para a construção do regimento escolar, calendário escolar e organização curricular, ressaltando que estes são contemplados no Art. 2º.

Para a construção do PPP, a resolução normativa dispõe de um capítulo e quatro seções. O 2º capítulo o qual se refere ao documento, inicia em sua primeira seção abordando o conceito de PPP e sua finalidade, definindo como “elemento norteador da ação educativa da instituição” (p.3).

Após a definição do que é o PPP, a segunda seção aborda sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico. A terceira disserta sobre a estrutura do documento, a resolução orienta que o PPP deve ser elaborado “com redação clara, objetiva, concisa e de acordo com as orientações contidas nesta resolução” (p.5), propondo conforme os Art. 11 e 12, a seguinte estrutura:

I - justificativa:

a) constará de breve diagnóstico da situação educacional da instituição; b) indicará as razões que justificam as ações propostas; e c) analisará a realidade da instituição e da comunidade onde se localiza a instituição educacional, considerando as dificuldades e potencialidades;

II - referencial teórico que fundamentará as concepções pedagógicas que nortearão a ação educativa, o modelo de sociedade e o perfil de ser humano que se pretende formar;

III - identificação da instituição educacional e da mantenedora, contemplando: a) nome; b) endereço; c) níveis e modalidades oferecidos; e d) atos legais; e

IV - proposta curricular da instituição, essência do Projeto Político Pedagógico, que incluirá: a) os fins buscados pela instituição para o desenvolvimento pleno do estudante, no preparo consciente para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho; b) pressupostos teórico-metodológicos, atentando-se para a organização curricular de cada nível e modalidade ofertados, em consonância com a legislação educacional em vigor; c) objetivos geral e específicos; d) metas a serem alcançadas por períodos, relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem e as estratégias para cumpri-las;

e) sistema de avaliação da aprendizagem indicando o processo a ser desenvolvido, conforme concepção pedagógica adotada, levando-se em conta os elementos qualitativos e quantitativos em consonância com a legislação educacional em vigor; f) sistemática da aprendizagem que indicará se a escolarização se fará em ciclos, anos, séries, etapas ou formas outras e, ainda, as modalidades que ofertará, em conformidade com a legislação educacional em vigor; g) especificação de momentos de estudo, planejamento e avaliação para professores e demais profissionais da instituição; e h) estratégias e cronograma de acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Art. 12. O Projeto Político Pedagógico deve contemplar ainda:

I - descrição das instalações físicas e equipamentos a serem utilizados na sua implementação, quando necessário; e

II - descrição das ações a serem desenvolvidas visando o aperfeiçoamento dos profissionais.

De acordo com o roteiro proposto por Libâneo (2004), a maior parte dos tópicos são abordados na estrutura acima. A contextualização e caracterização da escola não está bem explícito, ele está relacionado com o diagnóstico da situação atual e é contemplado na justificativa. O tópico concepção de educação e de práticas escolares será abordado na parte de referencial teórico, onde “fundamentará as concepções pedagógicas que nortearão a ação educativa, o modelo de sociedade e o perfil de ser humano que se pretende formar”. A concepção de educação e de práticas escolares está relacionada com os objetivos gerais, a proposta curricular e formas de avaliação do projeto e estão elencadas no tópico proposta curricular da instituição, essência do Projeto Político Pedagógico.

Ao fim é pontuada a estrutura física, mas não é abordada a estrutura da gestão da unidade de ensino, no sentido de pessoal. A proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica não é contemplada, e sabe-se que esse trabalho com a comunidade, provoca o pertencimento dos mesmos e isso permite conseqüentemente um melhor desenvolvimento das ações. A resolução também destaca no Art. 12 que sejam

descritas as ações voltadas para os profissionais, tendo em vista que profissionais reciclados desenvolveram atividades e utilizaram de metodologias mais apropriadas.

A disponibilização das orientações para elaboração do Projeto Político Pedagógico através de uma resolução normativa transpassa a ideia de maior cumprimento dessa elaboração, mesmo sabendo que o PPP é um documento estabelecido na LDB, muitas instituições ou Secretarias, como é o caso de Alagoas, não realizam a construção do documento e muito menos dão base para tal. Então nota-se a importância que está secretaria tem para com a construção desse documento norteador.

2.2.5 ANÁLISE DE DADOS

Considerando o roteiro proposto por Libâneo (2004) para a estrutura do Projeto Político Pedagógico, o autor visa a construção de um documento que respeite e considere a identidade da escola e as especificidades da comunidade escolar, além de respeitar as normas comuns estabelecidas e acima de tudo prezar pela participação de todos os segmentos que formam a escola na construção do mesmo que são eles professores, alunos, pais, comunidade e funcionários, afim de um progresso educacional na instituição.

Abordando as condições existenciais da escola, o documento orientador tem como aspecto importante a descentralização e a integração das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, tornando esses processos institucionais sistemáticos. Diante de tais compreensões analisaram-se as orientações estabelecidas pelas Secretarias de Educação dos Estados do Nordeste de uma maneira geral e objetiva, pontuando os principais aspectos de cada uma delas, fazendo uma relação com elas pontuam e o que propõe a literatura.

Conforme afirmado no item anterior, não foi possível o estudo do documento orientador do Estado de Alagoas, tendo em vista que não se encontra disponível. A Secretaria de Educação do Estado da Bahia a partir do roteiro proposto em sua Jornada Pedagógica, preocupa-se em identificar as necessidades da instituição e de sua comunidade, e a partir dessa consideração são elaborados os pontos que apresentam a Visão, Missão, Objetivos e Metas da instituição.

A partir dessas definições, toda a organização pedagógica e educacional é planejada, pontuando também a organização da instituição e sua estrutura física. O

roteiro proposto não contempla uma proposta de trabalho com os pais e a comunidade, ponto preocupante tendo em vista que o envolvimento com a sociedade gera nos indivíduos um pertencimento com a instituição, além de que a escola não refletirá o seu entorno, comprometendo parcialmente o seu desenvolvimento.

Além deste também não é abordada a proposta de formação continuada de professores, item exigido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96, no artigo 62. De modo geral, o roteiro proposto aborda a maior parte dos principais pontos instruídos por Libâneo (2004), havendo a necessidade de rever a importância dos pontos não contemplados.

A orientação proposta pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará disponível foi elaborada no ano de 2005, ela contempla quase todos os tópicos propostos por Libâneo (2004) em seu roteiro, deixando de contemplar apenas a proposta de formação continuada de professores. Nota-se que é um ponto que algumas Secretarias não contemplam, mesmo sabendo que os professores são os principais responsáveis pela educação nas instituições de ensino, visto que mesmo já que haja estrutura e material de trabalho, não havendo qualificação profissional, os recursos se tornam irrelevantes. Além disso, essa proposta não está resumida a cursos internos e externos, mas sim na autonomia e exercício da profissão no dia a dia do professor na instituição (Libâneo, 2004).

Diferente da orientação do Estado da Bahia, que não contemplava a proposta de atividade com os pais, comunidade e escolas próximas, o Estado do Ceará contempla esse item de modo parcial, a orientação propõe uma integração entre escola, família e comunidade, não abrangendo para as instituições do entorno, essa proposta está pontuada no calendário escolar com encontros pedagógicos.

Pela valorização dos diversos campos de conhecimento a Secretaria Estadual de Maranhão orienta a construção do PPP num processo de socialização a formação humana integral, compondo como instrumento organizador de consolidação a identidade da escolar. Este documento orientador por sua vez destaca-se por elencar a importância de elementos essenciais da participação dos agentes da escola. Inicialmente o que visibiliza é a expressão de intencionalidade do PPP, mencionado por tratar as questões educativas da melhor maneira e organizar as ações educativas.

A Secretaria do Estado da Paraíba destaca-se pelo intenso apoio na construção do documento orientador para as escolas, numa perspectiva de assegurar uma formação adequada e visando a qualificação da gestão educacional. Por esse meio Moraes (2013) afirma que o projeto político pedagógico tem como atividade reflexiva a análise situacional da instituição em conhecer, examinar e buscar em todo o ambiente escolar suas necessidades educacionais. Este documento minimizar as dificuldades dos gestores e educadores no processo de educação das ações da escola, possibilitando uma melhor compreensão das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, cooperando com apontamentos essenciais em que fortaleçam a qualidade educativa da formação humana em diversas instâncias, envolvendo a instituição escolar.

O documento orientador do projeto político pedagógico do Estado de Pernambuco trata-se de uma comunicação facilitadora da gestão escolar para os demais agentes da escola em conhecer suas dificuldades, analisá-las, e a partir daí intervir ou melhorar a situação educacional de maneira coletiva. Nesse sentido, as relações de comunicação da instituição escolar têm grande importância para um projeto de qualidade, partindo do princípio democrático (Cury, 2007).

No documento do Estado do Piauí a orientação da construção do projeto político pedagógico se dá pelas relações dinâmicas da comunidade escolar, com a participação de todos os agentes, ocorre à definição das atividades que a escola pretende planejar, executar e avaliar de forma contínua, ou seja, a organização das ações da instituição escolar. Cooperando com essa discussão, Libâneo (2004) destaca que o PPP se caracteriza como documento objetivo da escola, contendo as principais abordagens sobre os parâmetros legais e sociais de interesses educativos da comunidade. Portanto, este documento instrumental da escola é aquele que agrupará as atividades de organização, refletindo a respeito do desenvolvimento coletivo na função educativa.

A Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte propõe a construção do PPP a partir das Referências Básicas para Organização do Trabalho Pedagógico, um diferencial dessa orientação é o uso de indicadores que visam o acompanhamento da utilização do PPP pelas escolas, ou seja, as escolas são classificadas a partir desses indicadores que ocorrem a partir de pontos, conforme abordado na análise da orientação.

As referências inicialmente destacam em 4 itens os assuntos que a estrutura do PPP deve conter, visando a compreensão do que deve ser abordado no PPP, mais adiante se define o roteiro que as escolas devem seguir na construção do documento. A partir de uma análise geral dessa orientação, em todo o seu texto são contemplados os pontos definidos por Libâneo (2004), porém nem todos são contemplados no roteiro final.

As orientações para elaboração do PPP do Estado de Sergipe foram organizadas em uma Resolução Normativa, definindo de forma obrigatória e definitiva a estrutura que o PPP deve apresentar, proibindo qualquer tipo de alteração. Esta orientação não contempla a proposta de trabalho com os pais, comunidades e outras escolas, e destaca a proposta de formação continuada para os professores, afirmando que profissionais reciclados desenvolvem metodologias apropriadas, como dito anteriormente,

Diante dos esclarecimentos, pode-se afirmar que todas as orientações analisadas nesta pesquisa abordam de modo geral praticamente todos os itens pontuados por Libâneo (2004) em seu roteiro, sabendo que os itens elencados por ele permitem a identificação das características da escola e ainda contribui no cumprimento das leis para tal atividade.

É importante ressaltar que o “o projeto é uma ação consciente porque é planejado com vistas no futuro. É sempre um misto de realidade e supra-realidade, um além da realidade que pretende transformar” (Silva 1997 p.78 apud Moraes, 2012). Consiste em buscar sempre o melhor para a comunidade que a instituição de ensino atende, a partir de uma gestão democrática e do planejamento participativo, a fim de “sempre promover a participação de todos os segmentos da escola” (Silva, 2017, p. 17001).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As orientações do Projeto Político Pedagógico são documentos que fortalecem a gestão democrática pela participação de todos os agentes em que a escola se constitui, interagindo nas atividades pedagógicas, administrativas e financeiras perpassando pelo autoconhecimento do que será proposto e dar melhoria continuamente à análise do ambiente escolar.

Dentre os três elementos estruturais da escola, o projeto político pedagógico se materializa pelo documento orientador e direciona as ações da instituição por parte da gestão, professores, funcionários, pais e alunos, organizando-se na comunidade escolar. Como salienta Luck (2009, p.71) a gestão democrática se apresenta pela participação “ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles”.

A partir de tal compreensão, entende-se que o documento orientador do PPP se faz importante nas escolas para estreitar o reconhecimento dos preceitos a seguir, como aspectos centrais do sistema educacional de ensino, abordando o campo institucional meramente organizado. A identidade da escola constitui-se no projeto político pedagógico, que em caráter sistemático deve ser construído pela comunidade escolar agregando a realidade dos alunos.

Com destaque entre as orientações para a construção do PPP, ressalta-se a proposta de elaboração do Estado de Maranhão, por manter um contexto reflexivo para a comunidade escolar, partindo do aspecto colaborativo em especificidades aos detalhes dos seus itens. Esse direcionamento participativo do documento orientador fortalece desde a gestão escolar aos processos educativos, permitindo o esclarecimento do que a escola pretende almejar na atividade social em torno do seu ambiente.

As orientações fornecidas pelo estado do Ceará, apesar de apresentar uma data de construção antiga (2005) é um documento bem completo, com informações minuciosas e objetivas para a construção do PPP, atendendo ao roteiro sugerido por Libâneo (2004) com diferença apenas na estrutura. No Estado do Rio Grande do Norte é interesse destacar a maneira de acompanhamento da utilização do PPP que a Secretaria possui, através de indicadores, os quais pontuam a escola a partir da utilização do PPP e está é classificada.

Para aprimoramento, destaca-se o estado do Piauí, que por sua vez não esclarece bem as etapas para a construção do PPP, não abordando minuciosamente e em alguns momentos torna as informações confusas, destaca-se também o estado da Bahia, que apesar de abordar os principais pontos do roteiro de Libâneo (2004), não contempla cada item individualmente. Os demais apresentam uma estrutura adequada e concernente ao que foi proposto pelo instrumento dessa pesquisa.

Para Libâneo (2004), o projeto político pedagógico compõe elementos nítidos do que a escola pretende alcançar, respeitando as condições comuns do sistema de ensino integrado ao ambiente escolar. As atividades do PPP são interligadas e irá colaborar intencionalmente o processo sistemático educacional.

A construção do PPP é um dos processos mais reflexivos do ambiente escolar, ele funciona como documento norteador das ações em cada segmento definido pela comunidade escolar. Por sua vez, sua implementação leva questionamentos em cada elemento a ser proposto, com isso, o fortalecimento das secretarias estaduais de ensino em auxiliar a instituição escolar nas orientações para elaboração do PPP compreende a dificuldade social em elencar as atividades educacionais.

Os itens discutidos por Libâneo (2004) que devem fazer parte no PPP esclarece a intencionalidade da escola e sua responsabilidade de ensino com qualquer corpo da instituição. A organização do PPP como trabalho coletivo da escola, consolida um planejamento formulado na qualidade e heterogeneidade das demandas sociais em que o ambiente escolar perpassa no contexto da sociedade, agregando o reconhecimento dos fatores determinantes e fragilidades do público escolar. Esse minucioso trabalho, melhora a área de aproximação dos segmentos da escola para levar questionamentos em sua elaboração do PPP.

O documento tem importância por ser o instrumento de ação e prática da escola, envolvendo as dimensões centrais da comunidade escolar, como administrativa, financeira e pedagógica. Nesse âmbito, a gestão democrática como princípio situacional na construção do PPP apresenta-se como aporte participativo da escola.

REFERÊNCIAS

ASTIGLIONI, Vera Lúcia Baptista. Edição especial: Desafios da Gestão Escolar. In: Salto para o Futuro. Ano XXI. Boletim 17, Nov./ 2011

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

_____. Programa de Fortalecimento Nacional dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC, 2004a.

_____. Conselhos Escolares; Uma Estratégia de Gestão Democrática de gestão Democrática de educação Pública. Brasília: MEC, 2004b.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 31 de agosto de 2018.

_____. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014-2014. Disponível em: <www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 23, n. 3 (2007). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19144/11145>>. Acesso em: 12 junho. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FIALHO, Rodrigo Souza; TABOZA, Dielly Leite. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.faculdade.flucianoifeijao.com.br/site_novo/cadernos_graduacao/servico/Cad_Grad2014/GESTAO_DEMOCRATICA_DA_EDUCACAO_NA_LEGISLACAO_BRASILEIRA.pdf>. Sobral, 2013. Acesso em 02 de setembro de 2018.

FLÔRES, Josiele Leal dos Santos; BRUM, Mara Lucia T. A importância da Gestão democrática dentro do processo escolar. Revista Gestão Universitária, vol. 5, 2016.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. Autonomia da Escola. 6. ed. São Paulo: Cortez, Guia da escola cidadã; v.1, 2004.

GANDIN, Danilo. Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. Planejamento como prática educativa. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização – 10. Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão Escolar e suas competências. –Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MORAES, Nanci de Campos; FELGAR, Júlia Antonieta Simões. A importância da Gestão Escolar Democrática. In: VI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAS. Anais, 2013.

MORAIS, Pauleany Simões et al. A Gestão Democrática e a participação dos educadores na elaboração do projeto político pedagógico de escolas públicas no Brasil. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/PauleanySimoeseDeMoraes_res_int_GT4.pdf. Goiânia, 2012. Acesso em 03 de setembro de 2018.

NISKIER, A.; Cunha, F. Administração da Escola: uma gerência inovadora. – Rio de Janeiro: Bloch, 1985.

SAVIANI, Dermeval. Educação Brasileira: estrutura e sistema. 6. Ed. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados, 1987.

_____. Sistema de educação: subsídios para a conferência nacional de Educação. 2009. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/conae_dermevalsaviani.pdf. Acesso em: 12 junho. 2019.

_____. Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, Rio de Janeiro/RJ, maio/ago. 2010. p. 380-412. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>. Acesso em: 12 junho. 2019.

SANDER, Benno. Gestão educacional concepções em disputa. Retratos da escola, v. 3, n. 4 (2009). Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/102>. Acesso em: 12 junho. 2019.

SANTOS, Clóvis Roberto. Educação Escolar Brasileira: estrutura, administração, legislação. 2. Ed atual. E ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SILVA, Jéssika Nogueira da. Os desafios da Gestão Democrática. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24636_13546.pdf. Curitiba, 2017. Acesso em 03 de setembro de 2018.

SILVA, Givanildo. O programa dinheiro direto na escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar. 2015. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió

SILVA, Ana Maria; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. A relevância da formação continuada do (a) professor (a) de educação infantil para uma prática reflexiva. In.: III JORNADA DIDÁTICA: DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA. Londrinha, 2014.

Disponível em:

<[http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20-%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/A%20RELEVANCIA%20DA%20FORMACAO%20CONTINUA%20DO%20\(A\)%20PROFESSOR%20\(A\)%20DE.pdf](http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20-%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/A%20RELEVANCIA%20DA%20FORMACAO%20CONTINUA%20DO%20(A)%20PROFESSOR%20(A)%20DE.pdf)>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

SEDUC. A contribuição do conselho escolar na gestão escolar. Disponível em:

<<http://www2.seduc.mt.gov.br/-/a-contribuicao-do-conselho-escolar-na-gestao-da-esco-1>>. Mato Grosso. Acesso em 03 de julho de 2019.

TOCCOLINI, Lilian Paula. A gestão democrática no espaço escolar: Educar para a cidadania. 2013. Monografia de especialização – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/109/Toccolini_Lilian_Paula.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

SOUZA. Ângelo Ricardo. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. Educação em Revista. V. 25 - nº 03, Belo Horizonte, 2009

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 23 ed. São Paulo: Libertad Editora 2012.

VALEIRO, Maria de Fátima. As quatro dimensões que norteiam o PPP - Projeto Político Pedagógico: Dimensão Administrativa, pedagógica, Política/Financeira e Jurídica. 2017. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/as-quatro-dimensoes-que-norteiam-o-ppp-projeto-politico-pedagogico-dimensao-administrativa-pedagogica-politica-financeira-e-juridica/111528>>. Acesso em 18 de setembro de 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: Gestão, projeto político pedagógico e avaliação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (orgs). ESCOLA: ESPAÇO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Campinas: Papirus, ed.11, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16110-i-seminario-nacional-do-curriculo-em-movimento>>. Acesso em: 08 Agosto. 2019

VIEIRA, Gizele Doraline Gomes. Gestão democrática e participativa. Gestão democrática. 2014. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.